



COMISSÃO ESPECIAL DE FUTUROS

(Sessão realizada em 23 de junho de 2022).

SENHOR PRESIDENTE.- Havendo quórum, está aberta a sessão. (São 16h12). –Como havíamos combinado na última sessão, a ideia para hoje é iniciar o primeiro eixo temático, cuja coordenação e facilitação ficará a cargo do legislador Cal, que o preparou nesse sentido junto com nossos assessores e com aqueles que nos acompanham neste processo: a senhora Lydia Garrido, o senhor Bruno Gili e a senhora Inés Fynn. Tem a palavra, então, o legislador Sebastián Cal.

SENHOR CAL.- Muito obrigado, senhor presidente. Muito boa tarde a todos os presentes. Primeiro de tudo, quero cumprimentar os especialistas que hoje nos acompanham. Também quero manifestar meu especial agradecimento a quem vem nos acompanhando em todos estes dias passados, a senhora Lydia Garrido. Nesse sentido, permito-me sugerir que o acompanhamento dela seja o mais presencial possível, já que creio que ela tem um conhecimento sobre este tema que vai colaborar muitíssimo para seguirmos coordenando as futuras atividades desta comissão. A primeira temática refere-se a «Vetores de transformação e emergentes no mundo do trabalho no século XXI». Não vou me estender muito porque realmente o tempo é curto. A ideia é que cada um dos especialistas possa fazer uma intervenção sobre este tema de uns cinco minutos aproximadamente e que, passado esse tempo, haja uma troca e depois outros cinco minutos para desenvolver um pouco mais a fundo as perguntas que possam surgir. Na sessão passada falou-se de três pontos sobre os quais se considerava importante que os especialistas pudessem se aprofundar, e entendemos que são apropriados.

O primeiro é identificar os vetores e fenômenos principais de mudança do contexto maior em que estamos inseridos, distinguir alguns de seus entrelaçamentos, analisar os impactos cruzados da tecnologia como vetor principal, mas também há outros que igualmente imprimem potencial de mudanças disruptivas. É importante ver a inter-relação com outras dimensões e vetores de transformação. Depois também se propõe identificar ameaças, oportunidades, forças (potencializadores/facilitadores da mudança) e fraquezas (inibidores/obstáculos). Por fim, a partir do anterior, propõe-se sugerir desafios que sejam focos principais a aprofundar e gerar informação para a tomada de decisões e a definição de ações. De minha parte, senhor presidente –e creio que todos os demais membros da comissão vão concordar–, entendo que começamos uma nova fase em que

trabalharemos mais de perto com os técnicos, e isso também motivará o trabalho que esta comissão irá desenvolvendo. De modo que, se estiverem de acordo, damos espaço aos especialistas para que possam ir desenvolvendo estes temas.

SENHOR PRESIDENTE.- Tem a palavra, para iniciar esta sessão, o tabelião Guillermo Dutra.

SENHOR DUTRA.- Obrigado, senhor presidente. Em primeiro lugar, quero expressar meu agradecimento por me permitirem fazer parte desta comissão e fazer chegar minhas felicitações ao Parlamento e aos legisladores que compõem esta comissão de trabalho, por meio da vice-presidenta da República, Beatriz Argimón, e do presidente da comissão, Rodrigo Goñi. Sem dúvida, o que se propôs com esta iniciativa é abordar um tema que está ali presente na agenda de desenvolvimento do país e que, no que se refere ao trabalho, vem sendo analisado desde 2016 até hoje. Sempre me lembro de que as primeiras reações, quando se levantavam os temas da indústria 4.0 ou da automação, levavam a pensar que as consequências eram o castigo de Jeová aos humanos por construir a torre de Babel e, por ora, isso gerava confusão, não compartilhar o mesmo idioma e dispersão. No entanto, com o passar do tempo, comprovou-se que se geram oportunidades e que há certas variáveis que indubitavelmente estão presentes e que devemos aprender a gerir neste contexto. Essas variáveis foram abordadas, com muita seriedade, na primeira fase que esta comissão teve no ano passado, mas vale a pena que as retomemos aqui. De minha parte, apontaria quatro variáveis.

Uma delas tem a ver com os aspectos demográficos. Claramente, o país tem o vencimento de seu bônus demográfico em 2040. Isso nos coloca uma estratégia política que assume que grande parte da população adulta que está no mercado de trabalho é chamada a ter um alto nível de produtividade para poder financiar a matriz de proteção social que assiste crianças e idosos. Há outro tema de que também se falou bastante e que é uma variável que pesa cada vez mais sobre nós: a digitalização. Isso impacta no nível das organizações, de nossa vida e dos saberes que nos são exigidos. Já falamos de níveis que têm a ver com a cidadania digital e também com saberes que são os que nos permitem permanecer no mercado de trabalho. Outra das variáveis tem a ver com a diversidade. Nesse sentido, os fluxos migratórios são algo com que temos de conviver. As mudanças que a digitalização gera no mercado de trabalho nos fazem enfrentar processos de reconversão permanente e o surgimento de novos perfis que somos obrigados a atender, assim como identificar lacunas e descobrir mecanismos de inserção e de atendimento a essas demandas de qualificações que se apresentam. A última variável tem a ver com o cuidado com o meio ambiente. Isso é algo que também devemos manter presente nas diferentes decisões que estamos tomando. Temos de saber geri-lo e incorporá-lo quando se trata da matéria de trabalho.

Há algo que se disse no ano passado e que me parece que vale a pena retomar aqui. Somos obrigados a analisar isso com uma visão global, mas com foco no local. Somos parte de uma comunidade global. Por ora, as decisões que temos de tomar nos exigem essa perspectiva. Isso implica, do meu ponto de vista, enfrentar os desafios que estão presentes e os déficits que temos em matéria de capital humano, de produtividade e de inovação, que em definitivo são os eixos que nos permitiriam atravessar esta nova era com os menores traumas possíveis. Nesse sentido, creio que um dos vetores que nos permitiriam encarar esta transformação seria definir um objetivo de formação contínua para assegurar a formação permanente e ao longo da vida da população trabalhadora. Considero que essa é uma proposta muito forte, que questiona as instituições com que contamos, as políticas que temos e indubitavelmente também as responsabilidades que temos para resolvê-lo. Nessa linha identifico quatro pilares que me parece que temos de ir abordando com vistas a conseguir uma espécie de suporte que nos habilite a formular políticas oportunas, pertinentes, de qualidade, que ofereçam igualdade de oportunidades em matéria de formação contínua da força de trabalho. As possibilidades de permanecer no mercado de trabalho se baseiam em ter as qualificações que ele demanda. Isso nos leva a unificar formação formal e não formal, a gerar mecanismos de acreditação de saberes que facilitem a transição e a prestar especial atenção a essa demanda que cada vez mais o mercado de trabalho nos marca, que se conhece como «competências comportamentais» ou «competências transversais». Ontem tivemos reuniões com uma empresa de grande porte do país e seu gerente de recursos humanos nos dizia que, quando vão contratar uma pessoa, dão mais atenção às suas atitudes e aos seus comportamentos do que à formação específica que ela comprova mediante certificados. Por ora, deixo colocados estes disparadores, compartilhando-os com os senhores para que continuemos a troca. Muito obrigado.

SENHORA LLAMBI.- Boa tarde a todos. Quero agradecer a possibilidade de estar aqui e poder trocar ideias e contribuir com o que a gente foi acumulando neste tema. No meu caso, vou retomar alguns dos temas que Guillermo Dutra levantou, porque eu ia por um caminho muito parecido. Concretamente, vou tomar dois dos vetores de transformação que ele destacou. Um deles é, obviamente, a mudança tecnológica que, como todos sabemos, tem como ponto máximo a incorporação de inteligência artificial nos processos produtivos, mas também são importantes outros elementos da digitalização, como por exemplo a expansão de plataformas que fazem a mediação entre oferta e demanda. Enfim, há vários temas que a tecnologia traz na mudança das formas de trabalho, que podem afetar desde trabalhos muito qualificados até aqueles que requerem pouca qualificação. Este é um aspecto que também é preciso ter muito presente. Por outro lado, está a mudança demográfica e o que ela traz como oportunidades e desafios. No caso das oportunidades, encontramos o bônus demográfico, que não tem muito mais para ser aproveitado. Aqui aparece a queda da taxa de dependência e, então, as possibilidades de ter mais recursos. Por exemplo, no caso da

educação, a taxa de dependência escolar está caindo. Isso quer dizer que, à medida que diminui a quantidade de pessoas em idade escolar que se precisa formar, potencialmente, com o mesmo gasto poderíamos ter mais recursos liberados para atender a educação. Isso é algo que vou destacar porque me parece que é um dos inibidores ou potencializadores da mudança. A própria mudança demográfica também vai demandar mais recursos para atender outros temas de saúde e pensões, por exemplo, e vai requerer repensar alguns aspectos que têm a ver com a mudança potencial que as mudanças tecnológicas trazem nas modalidades de trabalho. Então, pelo lado dos inibidores, de como isso vai trazer mudanças no mercado de trabalho, quero enfatizar um dos principais inibidores ou potencializadores do aproveitamento da mudança tecnológica no mercado de trabalho: a educação, os sistemas educacionais. Em definitivo, em toda mudança tecnológica a educação se adapta muitíssimo mais devagar do que o mundo tecnológico e o mundo do trabalho. O mais importante é que essas mudanças estão ocorrendo cada vez mais rápido e, então, as exigências de mudanças nos sistemas educacionais também são cada vez mais importantes de realizar. Em consequência, os sistemas educacionais no mundo e, concretamente, no Uruguai, têm o desafio, não só de seguir com os desafios que já têm –continuar aumentando o acesso universal, melhorar notavelmente a qualidade e reduzir a evasão escolar– mas também de se reformularem para formar nas competências que são requeridas neste mundo em mudança. Falo de competências digitais e socioemocionais, assim como de algumas competências cognitivas de alta ordem, como pensamento crítico e criatividade. Então, o ponto vai ser, por um lado, atender isso, ou seja, como concretizar as reformulações curriculares baseadas em competências que possam contemplá-lo, e, por outro, saber que tipo de atividades pedagógicas e experiências os alunos precisam para adquirir as que podemos ir consensuando como necessárias para se inserir na sociedade e no mundo do trabalho. Esse é, portanto, um tema importante dos sistemas educacionais.

Também há outro aspecto que não tem a ver somente com os sistemas educacionais formais –e isso também foi destacado pelo senhor Guillermo Dutra–: refiro-me à aprendizagem não formal e à aprendizagem ao longo da vida. Aqui há duas coisas: os sistemas educacionais formais, além de incorporar esses novos desafios, também devem poder coordenar melhor com os sistemas não formais e criar pontes para que essa aprendizagem ao longo da vida possa acontecer. Ao mesmo tempo, em termos da aprendizagem não formal, há um desafio bastante grande quanto a como a política pública pode assegurar a qualidade dessas ofertas não formais e a como implementar sistemas de acreditação –isso também já foi mencionado por Guillermo Dutra– dessas competências que sirvam para que as pessoas sigam com sua capacitação e inserção laboral. Creio que, pelo lado dos sistemas formais de educação, há um ponto nevrálgico. Mencionei reformas curriculares, reformas de mecanismos de formação e a necessidade de que também neste mundo em mudança –Guillermo Dutra mencionou isso, embora eu não saiba se estava se referindo ao mesmo– haja mecanismos de suporte. Tem de haver alguma instituição que esteja pensando no tema. Do ponto de vista institucional, deveríamos pensar em mecanismos que apoiem essa transformação de

forma permanente, porque as competências e o desenvolvimento das que vão sendo requeridas também vão ser um processo dinâmico que necessitará de apoio e suporte contínuo. Tudo isso é pelo lado do sistema formal e também do sistema não formal. Fundamentalmente, estão os temas de garantia da qualidade, de coordenação com o setor formal, de como acreditar e de como focar em reduzir as potenciais desigualdades que vão emergir –e que já emergem– quanto ao acesso e ao aproveitamento dessas novas oportunidades.

SENHOR PRESIDENTE.- Agradecemos a Cecilia Llambi sua intervenção. Com relação aos especialistas que hoje nos acompanham, é preciso dizer que Guillermo Dutra, que já interveio, é o vice-presidente do Inefop e tem ampla experiência como consultor na OIT, pois integrou suas equipes sobre estes temas de trabalho e agora do futuro do trabalho; Cecilia Llambi integra a equipe da CAF –Corporação Andina de Fomento– e Felipe Miguez, a quem em seguida daremos a palavra, integra o Centro de Estudios para el Desarrollo.

SENHOR MIGUES.- Boa tarde a todos. Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de compartilhar algumas reflexões. O problema de alinhar pessoas tão convencidas de que a educação é a solução leva a que possivelmente repitamos conceitos. Tentarei não repetir demais e tentarei fundamentar ou explicar por que ela parece ser uma das grandes ferramentas. Certamente, para 90 % dos uruguaios o mercado de trabalho é o espaço onde se pode consolidar e constituir uma trajetória de ascensão social mais clara. A maioria dos uruguaios vai debater no mercado de trabalho sua capacidade de desenvolver projetos pessoais e alcançar melhores condições de vida do que aquelas que traziam de acordo com sua trajetória familiar. O que isso quer dizer em termos de aprendizagem durante toda a vida? São palavras que se usam muito, mas que depois é difícil aterrissar quanto ao que querem dizer concretamente. Nesse sentido, vou dizer duas coisas bem concretas para o Uruguai de hoje. Em primeiro lugar, o espaço de trabalho onde vamos aprender é tremendamente relevante, porque os uruguaios passam, na melhor das hipóteses, doze, treze ou quatorze anos de trajetória educacional. Há os que têm muitíssimo empenho e também muita sorte de nascimento –em termos de loteria– e o resto, que vai passar muito mais tempo no espaço de trabalho. Então, se não aprendem ali, se não geramos mecanismos para reconhecer isso como um espaço de aprendizagem, temos um problema bem importante. Isso implica, para as empresas, um grande desafio, porque precisam que seus trabalhadores aprendam a fazer coisas novas, mas para o setor educacional implica desafios muito concretos, e eu gostaria de destacar dois ou três. O primeiro é a ideia da acreditação de saberes, do que se aprende fora da escola. Nisso parece não haver muita discussão, mas o que isso implica? Que estejamos dispostos a acreditar e a certificar essas aprendizagens para que se continue estudando. Hoje o Uruguai tem sistemas bastante rígidos para fazer isso. O sistema educacional é pouco navegável para as pessoas, sobretudo para os garotos, porque enfrentam escolhas muito precoces e amplas demais, com pouca informação e níveis baixos de financiamento. Há pessoas que talvez tenham terminado o ciclo básico e há cinco ou seis anos trabalham

de eletricista, e não faz muito sentido fazê-las passar pelo ensino médio para lhes dar a capacidade de continuar estudando no ensino superior. Nesse sentido, o Acredita CB é uma prova maravilhosa de acreditação do ensino médio básico, que é preciso olhar com muitíssima atenção, porque permite a um monte de uruguaios, por meio de competências e em uma única prova, validar e acreditar um ciclo para continuar estudando. Necessariamente é preciso reconsiderar, nessas aprendizagens durante toda a vida, a educação não formal e a educação técnica, no sentido de que possivelmente não precisemos de muitos cursos de graduação –trinta e cinco doutorados e cinco mestrados– mas de especializações concretas, ou seja, aprender novas ferramentas e metodologias. Então, sistemas de educação que possam incorporar isso rapidamente, em currículos flexíveis, que se montem por um tempo e depois desapareçam para construir outros, parece ser uma necessidade bem importante. Agora me permito assinalar mais duas oportunidades que a tecnologia traz. Às vezes pensamos nisso dos robôs que vêm roubar nossos empregos, mas, como dizia Cecilia Llambi, eles trazem um monte de oportunidades. A primeira é começar a pensar em processos de singularização da educação. Estamos muito pertinho de acompanhar processos individuais de educação dentro da sala de aula; ao ter trinta ou trinta e cinco salas de aula, na medida em que os alunos interajam com os computadores, se aproveitarmos essa informação, podemos pensar em processos paralelos dentro da turma e em que isso habilite processos de aprendizagem bem diferenciados, muito mais sob medida do que os que vemos hoje. Quais são alguns dos inibidores na hora de pensar nos desafios? Obviamente, concordo com Cecilia Llambi e com Guillermo Dutra em que a diferença de preparação ou a qualidade do capital humano no Uruguai são bem relevantes. Aqui quero focar em um dos temas em que mais trabalhei –em que me sinto mais formado ou preparado–: o desemprego juvenil. Uma das grandes causas, segundo minha interpretação, é a lacuna entre a educação e o trabalho, a distância existente e como se olham entre si, ambos com bastante desconfiança. Hoje o Uruguai tem as taxas mais altas de desemprego juvenil da região. Falamos de jovens de entre quinze e vinte e quatro anos, e a diferença de desemprego entre essa idade e a seguinte também é a maior da região, superando Argentina, Brasil e Chile. De todos os países da região juntos, o Uruguai é o que tem o problema maior. O que isso quer dizer ou como isso é um problema? Há evidência comprovada da incidência que tem o ingresso no mercado de trabalho de má qualidade quando se é jovem sobre as trajetórias laborais futuras. O ingresso no mercado de trabalho de má qualidade, não formal, não associado ao que estou estudando, tem uma incidência muito forte nas trajetórias futuras das pessoas. O único dado que temos registrado é o do relatório PISA 2006. Perguntou-se aos diretores dos centros educacionais quanta incidência tem o mundo empresarial ou as empresas no currículo e 90 % disseram que não têm nenhuma. Este é o único dado sistematizado e organizado que temos. Creio que o mais grave é que muitos dos que olham para isso pensam que é um bom dado. Aí temos o segundo nível do problema.

Por sorte, contamos com dados do INE que conseguem abrir o desemprego por diferentes níveis. Atualmente sabemos que, no Uruguai, ter o ciclo básico concluído,

o ensino médio concluído ou o ensino superior concluído tem a mesma probabilidade de estar desempregado. Este é um dado bem relevante que gira em torno de 9 %. O desemprego entre universitários é de 1,6 %; podemos dizer que é friccional, porque se trata de pessoas que mudaram de trabalho e estão procurando outro. Aí há um dado bem relevante: não é suficiente concluir o ciclo básico nem concluir o ensino médio para poder se descolar de taxas de desemprego mais altas do que a média.

Em 2021, com o Centro de Estudios para el Desarrollo —onde trabalho— realizamos um estudo em que analisamos 25.000 testes de competências transversais de uruguaios, com uma população de trinta anos no máximo, para conhecer a amostra universitária ou, pelo menos, de ensino médio. Ressalto que não havia diferença nos perfis de competências comportamentais, transversais ou socioemocionais em função dos ciclos educacionais. Detectamos que concluir algum ciclo educacional não tem uma incidência relevante em termos da média, da mediana, da moda, da estatística que os senhores quiserem, em termos dessa formação. Este também é outro dado que os jovens olham, não são alheios a ele e assim tomam decisões.

Aqui há um desafio imenso. Que experiências conhecemos que podem ser interessantes ou que experiências temos por perto para trabalhar? Fala-se muito dos currículos flexíveis. No final do ano passado, no SENA me diziam que estavam pensando em programas de quatro anos de formação, em que somente três estejam desenhados e o quarto seja delineado antes de começar, porque eu não sei o que vai acontecer daqui a três anos. Pensar em um currículo, em matérias, em conhecimentos daqui a quatro anos é tempo demais. Esta é uma experiência, uma maneira concreta de abordá-lo.

Conhecemos o mundo da formação dual, do qual se tem ouvido muito ultimamente e que talvez seja o mecanismo mais sofisticado de interação. Se é verdade que aprendemos no trabalho, por que a escola não estaria disposta a que se aprenda um pouquinho aqui e um pouquinho ali e a reconhecer isso? A matéria Programação na UTU é um reflexo do que acontece na empresa, e seus professores, a partir de uma prova, estão dispostos a dizer se a pessoa aprendeu e se sabe programar. Escolhi este exemplo como poderia ter escolhido qualquer outro.

Adiro a outra ideia de Cecilia Llambi a respeito dos sistemas robustos de acompanhamento de jovens, de orientação educacional e laboral, porque o mercado de trabalho é tremendamente duro para eles. Devemos nos perguntar como os acompanhamos, como os ajudamos a tomar melhores decisões, como os ajudamos a entender que, se estudaram determinada coisa, podem trabalhar com isso, e orientá-los sobre quais são as melhores carreiras. Atualmente, esse tipo de interação com os jovens parece estar ausente nos centros educacionais e nos centros de formação secundária e terciária.

Há outro desafio que o setor educacional tem de encarar: pensar em trajetórias educacionais menos lineares. Aquele conto de que, terminado o ensino médio, começo a universidade e a trabalhar, não serve muito hoje em dia. Muito provavelmente, terminar o ensino médio, começar a trabalhar e a universidade ou os estudos terciários passe a ser a nova realidade. Isso nos coloca diante de salas de aula em que há pessoas de quarenta e cinco anos que trabalham há dez, e jovens de dezoito que estão trabalhando há pouco. Como o sistema educacional se molda para abordar todas essas necessidades parece ser, também, um desafio bem importante.

Gostaria de sublinhar a ideia de sistemas robustos de formação dual. Há muita evidência de que países com sistemas de formação dual robustos conseguem encurtar a lacuna do desemprego juvenil. Aproximar a escola do mundo do trabalho e vice-versa permite encurtar essa lacuna. Creio que os principais desafios –para voltar ao início– são a produtividade e o capital humano, ou seja, como preparamos nossos jovens para um mercado de trabalho incerto, com ocupações que não sabemos muito bem quais vão ser, porque seguimos pensando em termos de ocupações de dez, quinze e vinte anos atrás. Devemos pensar em desafios com nome e sobrenome porque, muitas vezes, esses conceitos costumam nos parecer alheios, mas creio que daqui surgem quatro ou cinco pistas para seguir trabalhando.

Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Continuamos com María Inés Fariello, que pertence à equipe da Faculdade de Engenharia da Udelar. É isso mesmo?

SENHORA FARIELLO.- É isso mesmo, trabalho no tema da inteligência artificial aplicada à biologia. Dá vontade de continuar falando de educação. Não vamos mudar de tema, mas isso claramente é um vetor, pensando-o como algo que sai de um ponto e leva a outro, com uma certa direção. A única reflexão que me resta, sobretudo porque venho de um setor em que o emprego é supernegativo, tem a ver com algo que acontece conosco na Universidade, fundamentalmente na Faculdade de Engenharia. Os estudantes chegam ao segundo ano e o mercado de trabalho basicamente já os está arrancando da faculdade. Então, aí há perguntas. Talvez os estudantes tenham desenhado caminhos tecnológicos porque sabem que, cursando tais matérias, conseguem trabalho já, e isso leva a que alguns graus não sejam concluídos, mas sim a que os estudantes tenham essa formação de que se precisa. Isso cria estatísticas ruins, mas não necessariamente estudantes ou pessoas ruins para o mundo do trabalho. Além disso, muitas vezes as empresas acabam complementando essa formação; como não chega a quantidade de estudantes que têm a formação de que precisam, então começam a criar tipo estágios de formação a partir dos quais acabam selecionando estudantes. Claramente, essa é uma área em que todos sabemos que há muitíssimo espaço.

O que me preocupa é que, quando vou às salas da faculdade, vejo gente igual demais a mim. Com «igual demais a mim» refiro-me à loteria de nascimento de que falava Felipe Miguez. Nós nos preocupamos com quais programas fazer, mas eu também me preocuparia com como atrair esses estudantes para os programas. Muitas vezes se diz que, se vamos a um bairro e perguntamos a um garoto o que ele quer ser, ele vai responder que quer ser jogador de futebol –todos nós no Uruguai gostamos de futebol; se não, quase teríamos de ir embora do país–, porque é no futebol que ele vê essa oportunidade de mudança. Os pais pensam que, se o filho vai bem no futebol, isso representa uma esperança para a família. No entanto, nessa loteria, a probabilidade de se darem bem jogando futebol e de poderem sustentar a família é muito pequenininha. Em compensação, se fosse possível investir todo esse tempo em estudar –não precisam ser todos engenheiros, claramente–, em educação, se a família tivesse como dar oportunidades a esse estudante, as chances aumentariam muitíssimo. Então, mais uma vez, a educação vem a ser como o vetor de mudança.

Muitas vezes o que acontece não é que não tenham os meios, mas que simplesmente – isto eu digo com base na minha experiência pessoal, a partir de conversas com pessoas; não posso me referir a nenhum estudo, mas creio que é uma constante– não acreditam que possam ir para a universidade. Acreditam que, para ir à universidade, não se pode trabalhar ao mesmo tempo, coisa que os que passamos por ela sabemos que a grande maioria faz. Quando aplicamos uma prova do segundo ano, a quantidade de atestados que temos de fazer é muito grande porque todos trabalham. Portanto, é preciso derrubar mitos para saber que querer é poder. Muitas vezes –como se dizia hoje– é preciso criar programas de acompanhamento que estabeleçam algum incentivo, que pode ser trabalho em empresas, ou podemos pensar em algum outro tipo de acompanhamento ou incentivo para que possam chegar.

Outro vetor fundamental nesta revolução é a informação e os dados: como chega a informação, que informação se dá e como se chega aos diferentes setores da sociedade para que esse «você consegue» realmente não fique em algo romântico, em «todos podemos», porque sabemos que não é assim, que depende muitíssimo de onde se começa. Deveria se mostrar que alguém que estava em circunstâncias iguais conseguiu e consegue, e não foi só jogando futebol, mas por meio de outros mecanismos. Ponho esse exemplo porque todos o conhecemos. Voltando à inteligência artificial e à oportunidade que ela representa, creio que, como país, temos de pensar muito bem em que tipo de país queremos ser. No mundo, este é um trabalho muito globalizado, em que há uma guerra por importar cérebros. Ou seja, há países que são mais que nada formadores e outros que são atratores. Um problema muito grande que temos –embora seja um problema de pouquíssimas pessoas, pode vir a ser uma complicação para o país– é que, quando chegamos a formar gente em doutorado, as grandes empresas –que funcionam como grandes atratores no mundo– levam essas pessoas porque têm muito boas oportunidades. Como fazemos, então, para reter todos esses talentos no país e para que o Uruguai não seja um consumidor de pacotes prontos de inteligência artificial –coloco isso de uma maneira muito tosca–, mas sim criadores? Assim como, por sorte, somos um hub do software, esperemos que tudo isso continue sendo assim e que não compremos coisas que realmente não precisamos comprar. Creio que não é pouca coisa encontrar como chegamos a um equilíbrio.

Tudo isso está muito relacionado com a proteção de dados. Sabemos que os dados passam a ser como um bem. Não sei se se diz um bem de mercantilização, porque não tenho a formação para mencioná-lo assim, mas hoje em dia o dado passa a ser algo que tem muitíssimo valor.

Então, quando começo a basear meus sistemas em empresas que vêm do exterior, também começo a dar todos os dados a pessoas que não estão no país. Quando o Plan Ceibal tinha acabado de ser montado, isso aconteceu –embora por sorte depois tenha sido corrigido–: não se podia acessar os dados pela forma como as coisas tinham sido feitas.

Ter os criadores de sistemas de informação no Uruguai não é apenas um fato relevante porque dá oportunidades de trabalho –que é preciso aproveitar–, mas também por uma questão de soberania da informação. Não é pouca coisa o que fazemos com isso, porque são dados de uruguaios, e isso também pode levar ao trabalho.

Como último ponto, quero me referir a como usamos a tecnologia para trabalhar. Agora há pouco se dizia que as mães estão mais contentes porque, com isso das tecnologias, podem ficar mais em casa. Eu dizia que saio correndo de casa porque tenho bastante inércia para conseguir sair de casa; tenho três filhos pequenos e às vezes é difícil dizer que vou embora. Na verdade, posso ficar, mas que qualidade de trabalho acabo fazendo?, porque a barulheira continua ali em volta. É verdade que a tecnologia dá desafios a formas mais flexíveis de trabalho, mas essas formas, que são uma oportunidade, às vezes podem se transformar em um meio «escravizador» —entre aspas—, de alguma maneira. Ao mudar a legislação —já há bastante e está se pensando muito nisso— é preciso ser muito delicado para não ser restritivo demais, porque, se não, pode nos levar a perder a flexibilidade que a tecnologia nos dá. Também é preciso ter cuidado com onde podem ocorrer os abusos. Sabemos que há certos setores em que é mais fácil a pessoa dizer que, se os direitos não são respeitados, vai para outro lugar porque tem a oportunidade, mas, como nem todos a têm, é preciso contar com esse vetor de mudança da maneira de trabalhar que é a tecnologia, que a pandemia acelerou muitíssimo. Repito: é preciso ter muitíssimo cuidado e ver se acaba sendo um direito ou uma obrigação forçada. Então, é preciso pensar um pouquinho nesse aspecto. Por aqui tenho todos os meus vetores. Pode ser que haja algum mais, mas deixamos para depois, senão vão ser mais de cinco minutos.

SENHOR PRESIDENTE.- Obrigado, María Inés Fariello.

SENHORA FARIELLO.- Obrigada aos senhores. Muito obrigada pela oportunidade.

SENHOR PRESIDENTE.- Se estiverem de acordo, damos novamente a palavra ao senhor legislador Cal para que faça uma introdução à segunda parte, e aí fazemos também uma introdução para que a doutora Mercedes Aramendia, presidenta do Conicyt, possa fazer tudo junto, assim não fica tão cansada. O senhor dirige, senhor legislador Cal.

SENHOR CAL.- Bem. Muito obrigado, senhor presidente. Estivemos tomando algumas notas do que diziam os especialistas. Antes de mais nada, gostaria de ter uma opinião dos senhores a respeito do sistema educacional e das opções educacionais do nosso país. Gostaríamos de saber se os senhores consideram que realmente já atendem as necessidades atuais. Quanto às do futuro, tenho certeza de que não, mas quanto às atuais creio que também não. Seria bom que todos os especialistas fizessem referência a este ponto em particular. Por sua vez, gostaríamos de saber se o sistema educacional tem alguma modalidade para poder escutar as necessidades do mercado em particular.

Gostaria de deixar o espaço para os demais legisladores presentes, caso tenham alguma consulta a mais para fazer em relação a este tema.

SENHOR PRESIDENTE.- Se lhes parece bem, damos por encerrada esta introdução e passamos à segunda parte, que está focada nos inibidores e facilitadores para

os desafios que possam surgir, tal como propôs o senhor legislador Cal. Embora isso, de alguma maneira, já tenha sido colocado, fazemos uma segunda rodada de intervenções. Passo a palavra à doutora Mercedes Aramendia para que compartilhe conosco suas reflexões sobre este tema.

SENHORA ARAMENDIA.- Boa tarde.

É um prazer acompanhá-los e, mais uma vez, muito obrigada pelo convite. É realmente um prazer contribuir do nosso ponto de vista. Como bem disse a senhora María Inés Fariello, tudo o que diz respeito à tecnologia, à inteligência artificial, assim como aos diversos drivers, que são parte do que é a transformação, é fundamental. Um fator essencial para o que é o trabalho do futuro é que as pessoas sejam formadas no uso desses diversos drivers para, justamente, poder atender as necessidades sociais e econômicas, tanto do nosso país quanto da região e em nível internacional.

Um aspecto que me interessa especialmente destacar é que esta revolução ou transformação, assim como o fato do futuro, devemos olhar de uma forma transversal e ver como impacta nas diversas verticais.

Penso que se deve dar ênfase, também, à importância do trabalho multidisciplinar e à necessidade de que profissionais com formações diversas trabalhem em conjunto, já que dessa maneira poderemos alcançar melhores resultados. Como sabemos —e já foi adiantado por quem me precedeu no uso da palavra—, o tema dos dados é um grande desafio que temos pela frente. Creio que o Uruguai avançou muito nesse sentido.

Pessoalmente, sempre dou ênfase à importância da Agenda Uruguay Digital —é a quinta agenda—, que é uma evolução ou um processo que vai atendendo a realidade das necessidades e, em resposta a isso, vai inovando e melhorando os objetivos e as metas colocadas. Para isso, considero muito valioso estabelecer indicadores e ir medindo-os a cada certo prazo, como forma de ver como se está avançando e poder fazer os ajustes que sejam necessários a tempo. Com relação ao tema dos dados, a privacidade e a ética são fundamentais, por isso penso que nessas questões devemos trabalhar e aprofundar. Entre os aspectos que podem contribuir especialmente como potencializadores estão o desenvolvimento das tecnologias, tanto de hardware quanto de software, assim como contar com redes de conectividade robustas que conectem a todos e sejam de qualidade, alcançando cem por cento da população. Isso é algo fundamental. Por outro lado, as novas tecnologias como blockchain vieram trazer uma economia descentralizada com novos desafios em matéria de ativos virtuais, os NFT, entre outros, que o Uruguai já está analisando, e isso é muito importante. Aspectos como a interoperabilidade e o estabelecimento de padrões são importantes, assim como atender a vida social digital, que faz evoluir a forma como nos relacionamos com outras pessoas. Isso também é fundamental, porque, se não evoluirmos todos juntos, as lacunas vão se aprofundando. Precisamente sobre isso, sobre as diversas lacunas que existem, é que devemos trabalhar.

Por outro lado, está o tema de contar com conteúdos nacionais e da região, assim como o desenvolvimento de diversos casos de uso, o que nos habilita a aplicação e facilita a universalização. Sem dúvida, para isso são necessários investimentos e é fundamental

o trabalho público e privado, ao mesmo tempo que haja segurança e confiança em todo o ecossistema. A ideia é trabalhar todos juntos, com respeito, para poder trocar conhecimentos, porque a diversidade e a troca nos beneficiam a todos. A segurança também é fundamental, e o que diz respeito à cibersegurança é um dos grandes desafios que temos na sociedade. Creio que a base de tudo está na educação.

Entendo que também a cultura é fundamental, e isso está associado a que, em nível das famílias e dos lares, se está começando a dar ênfase à importância da educação, de inovar naquilo que estamos estudando, de atender às necessidades que há no mercado. Nisso há algo que também me parece muito importante, que costuma ser complexo, e que é o encontro, as sinergias entre a academia, o Governo e o setor produtivo. Creio que, se todos estamos mais alinhados, trabalhando em conjunto e olhando para um mesmo objetivo, os esforços vão estar mais bem encaminhados, vamos alcançar os resultados de uma maneira mais eficaz e ser mais eficientes. Ou seja, é bem importante facilitar, e para isso é determinante identificar quais são aqueles obstáculos –seja por burocracia ou porque os procedimentos sempre foram feitos assim– que, em definitivo, acabam desmotivando e fazendo com que os jovens não continuem se formando porque deixam de estudar. Aqui há um aspecto a ressaltar: atualmente temos de estar estudando e nos formando a vida toda; já não basta fazer uma carreira e ficar com isso. Comigo acontece que, se não me aprofundo e se não estou estudando constantemente, vou ficando para trás, porque tudo evolui tão rápido que é necessário que a sociedade adote a cultura da atualização constante, de estar estudando, de estar perguntando e pesquisando e de atender ao que acontece em nível internacional. Antes, por exemplo, tudo demorava mais para chegar, mas hoje em dia, com a globalização, a velocidade, o acesso à Internet e à informação que possamos ter, podemos nos formar e nos atualizar de forma imediata, e entendo que isso é fundamental. A medida de facilitar creio que também vai contribuir para motivar, e isso também é importante que trabalhem de diversas formas, sempre atendendo ao público-alvo, porque temos crianças, adolescentes e população mais velha, e é preciso atender a toda a sociedade. Finalmente, encerrando a apresentação, assinalo que para nós é importante estar perto da sociedade e sensibilizar sobre a importância de trabalhar todos juntos e tomar medidas com a finalidade de que a educação se atualize e possamos gerar essa sinergia que deve existir entre a academia, o Governo e o setor produtivo. Muito obrigada.

SENHOR PRESIDENTE.- Fica aberto um espaço para perguntas e trocas. Vou começar com uma que está mais focada na segunda parte, colocada pelo legislador Cal, quanto aos inibidores e facilitadores ou potencializadores, e também na experiência concreta do que alguns dos senhores têm feito. Estou pensando no trabalho de Felipe Migueis, com esse desencontro, esse estudo que é muito novo e atual, que de alguma forma gerou muito impacto nesse desencontro entre os que buscam trabalho e as ofertas que existem.

Em princípio, vamos pedir ao senhor Migueles que nos ajude a entender um pouquinho mais quais foram suas conclusões ou as que ele entende que o sejam, olhando para a frente.

Depois, gostaria que Guillermo Dutra nos informasse sobre no que o Inefop está se concentrando hoje em relação ao tema de que estamos falando.

SENHOR MIGUEL.- Vou tentar responder à pergunta do senhor presidente junto com as que foram colocadas no início. No que diz respeito a se o sistema educacional atende as demandas do mundo empresarial, concordo em me arriscar a dizer que não, mas creio que há um ponto adicional que piora a situação e é que ele nem sequer atende as dos jovens, que são, em definitivo, o centro do sistema educacional. Tanto na Encuesta Continua de Hogares quanto na Encuesta Nacional de Adolescencia y Juventud e em diferentes levantamentos que a ANEP realizou há já muitos anos, perguntam a quem não terminou os ciclos por que não o fez, e as respostas «Não me interessa» e «Quería aprender outras coisas» são tão ou mais frequentes que «Saí para trabalhar». Ou seja, os jovens dizem aos gritos: «O que acontece lá dentro não consegue me prender», e a atenção é uma condição necessária para a aprendizagem. Evidentemente, o currículo e as dinâmicas de aula têm algo que interfere. Então, o sistema educacional não só não escuta as demandas do mundo empresarial, como também não escuta as dos jovens, e se gera uma grande confusão.

A segunda pergunta era: o sistema tem um mecanismo para escutar as demandas das empresas? ou como faz para escutá-las? Diria que, de alguma maneira um tanto desordenada e pouco sistematizada, ele as escuta. Todos sabemos que no setor das TIC há desemprego negativo –alguns se animam a dizer que são três mil postos de trabalho–; creio que o problema está em como articula a escuta com a ação. Vou me concentrar em três elementos concretos.

Ele tem mecanismos para transformar os programas de forma ágil e rápida, ou seja, os conteúdos das matérias? Qual é a linguagem de programação que se ensina e qual é a que não se ensina? Depois é preciso ver como articula isso com a pertinência das orientações que oferece. Se se revisa a oferta curricular da UTU, vê-se que é de uma amplitude que a mim sufoca um pouco e me dificulta entender qual é a diferença entre uma carreira e outra e a que tipo de ocupação futura se pode ter acesso. O terceiro desafio, sobretudo em termos de um mercado de trabalho que claramente demanda muitos profissionais das tecnologias –ciência, tecnologia, engenharia e matemática– seria ver como um sistema educacional faz para incorporar docentes que não só tenham essa formação, mas que estejam trabalhando naquilo que ensinam e tenham essa atualização, ou seja, como os recebem em sala de aula. O custo de oportunidade de dar aulas de um sênior em Java é enorme, porque lá fora lhe pagam muito mais e, em geral, ele decide não fazê-lo. Então, como articulamos isso? Aí podemos atualizar a proposta, não só em termos de habilidades técnicas, mas porque alguém que está trabalhando em desenvolver software em Java vai trazer uma cultura de sala de aula, uma maneira de entender as dinâmicas de sala de aula bem diferentes. Por isso, creio que aí há três pontos bem concretos. Quanto ao estudo sobre o qual se perguntava, posso dizer que, com o Centro de Estudios para el Desarrollo, abrimos o Buscojobs, que é um portal web de busca de

emprego que permite nos fazermos duas perguntas. Primeiro, permite identificar lacunas no mercado de trabalho em termos de ocupações. Nós sabíamos a que vagas se candidatam um pouco mais de vinte mil uruguaios, havia umas dez mil vagas que haviam sido geradas e encontrávamos três grandes blocos de lacunas. Um estava no mundo STEM, ou seja, um mercado de trabalho que demanda desenvolvedores de software, engenheiros, mas também técnicos em eletricidade, em eletromecânica, profissionais habilitados em saúde, em farmácia – foi uma surpresa bastante interessante nessa linha – e víamos que o que mais os deixava de fora, em termos de aptidão do candidato, tinha a ver com o inglês e a experiência. O inglês hoje é uma ferramenta essencial para este mercado global que está sendo criado e também é uma grande pendência do sistema educacional. Aí há outro espaço para articular. Quando alguém conversa com um jovem que está procurando emprego, a primeira coisa que ele diz é que lhe pedem dois anos de experiência e se pergunta quem lhe dá isso. Esse primeiro emprego, essa primeira articulação é um claro exemplo de externalidades negativas, ou seja, quem incorpora o custo de um jovem se a empresa parece não querer fazê-lo? Como articulamos, então, para gerar programas que potencializem iniciações nessa linha? O segundo estudo analisava vinte e cinco mil candidatos que fizeram um teste em dezoito competências transversais –ou competências comportamentais, como se queira chamar– e víamos a valorização que 310 vagas fizeram dessas dezoito competências. Nas diferentes valorizações víamos potenciais lacunas e as duas mais importantes eram em colaboração e em comprometimento. A imensa maioria das empresas colocava ali sua valorização; duas de cada três a valorizavam de dez a doze e uma de cada três provas tinha de dez a doze. Ou seja, ali há uma lacuna bem grande em competências que para nós chamou muito a atenção, porque pareceriam ser básicas demais ou de base para o desenvolvimento das pessoas. O segundo ponto de três que nos deu esse estudo foi a dificuldade de formar quadros intermediários, líderes, ou seja, pessoas que fossem muito boas no que faziam e a quem se pudesse pedir que coordenassem uma equipe de quatro ou cinco pessoas. Essas habilidades são extremamente difíceis e caras de conseguir e as empresas estão investindo muito dinheiro para formar gente. Vemos que competências como comunicação, capacidade de monitorar, capacidade de supervisionar ou capacidade de tomar decisões são parte do processo de formação das pessoas.

Por outro lado, as habilidades comportamentais hoje no Uruguai são tão ou mais valiosas que as competências técnicas. Fizemos uma pesquisa com sessenta pessoas especializadas em recursos humanos e em processos de seleção e elas nos diziam que, independentemente do cargo –sem importar a ocupação–, sempre são mais importantes –uma de cada três– ou, dependendo do cargo, são igualmente importantes. De novo, voltamos ao sistema educacional para ver que peso têm no currículo, que esforço se faz para expor os estudantes ao desenvolvimento dessas habilidades, como são avaliadas e como se dá feedback sobre o desempenho deles. É um estudo longo que está na página do Centro de Estudios para el Desarrollo, caso queiram dar uma olhada. Em grandes linhas, eu concluiria por aqui.

SENHORA GALÁN.- Simplesmente queria fazer alguns comentários e o primeiro deles é que estamos falando do mercado de trabalho sem levar em conta o que é a lacuna de gênero. De acordo com alguns microdados da Encuesta Continua de Hogares

analisados pelo lecon –Instituto de Economia– da Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração, fica claro que, das pessoas que têm entre vinte e cinco e cinquenta e quatro anos, 95 % dos que trabalham ou buscam emprego são homens e 66 % são mulheres. Se isso é observado por uma faixa de educação mais baixa, a lacuna é ainda maior entre homens e mulheres. Portanto, me parece que, em um mercado de trabalho como o uruguaio e em uma sociedade como a nossa, é substancial falar da lacuna de gênero, sobretudo quando o crescimento da pobreza se dá mais nas mulheres e nas crianças, justamente porque suas mães já são pobres e têm empregos muito precários. Então, quando falamos das mudanças –fundamentalmente as tecnológicas– do mundo do trabalho, fica claro que as mais afetadas são as mulheres. Isso é assim, inclusive para aquelas mulheres que têm um nível educacional mais alto porque, como dizia a senhora Fariello, são as que têm menos possibilidades de se empregar. Isso é fácil de deduzir, sobretudo ao observar o que diz respeito aos cuidados. Ao analisar as mudanças no mundo do trabalho relativas à digitalização e à inteligência artificial, vemos que em matemática e em ciências exatas só 10 % são mulheres. Isso não se deve a que as mulheres não estejam capacitadas, mas a que têm de conciliar seus trabalhos com o tema dos cuidados. Sabemos que dos cuidados se ocupam as mulheres ou elas pagam por esses serviços. Em um artigo que li ontem a respeito da inteligência artificial e do fato de que os algoritmos são os que selecionam para esse mercado de trabalho, estabelecia-se que, por exemplo, nas diferentes plataformas que estão na rua, como Uber e PedidosYa, só 10 % são mulheres. Em compensação, nas plataformas de serviços, que são as que permitem conciliar o trabalho com os cuidados no lar, o número de empregadas cresce, mas elas recebem um salário 7 % menor que o dos homens. Por conseguinte, entendo que é muito importante levar em conta essa informação, já que é uma realidade em toda a América Latina, mas ainda mais na sociedade uruguaia. Sem dúvida, tudo isso que estamos analisando tem repercussões em outras esferas que vão além do trabalho, como a violência doméstica, a violência no trabalho e a precarização do trabalho. Creio que, ao fazer estes estudos, é preciso ter muito presente o que diz respeito à lacuna de gênero. Nesse sentido, me parecem muito importantes alguns trabalhos que vêm sendo realizados no lecon, como o que tem a ver com a lacuna de gênero no que são as mudanças no trabalho e na sociedade do conhecimento. Também quero assinalar que, quando falamos dos jovens que buscam emprego e dos que ingressam na educação e na universidade –são duas coisas distintas o que eu disse; agora vou falar disto– tomamos um setor da sociedade que está integrado socialmente a partir da educação formal. No entanto, há uma quantidade de jovens que estão sendo marginalizados da educação formal e não vão acessar o segundo ciclo nem a universidade porque a educação tem problemas graves que não são educacionais, já que, embora a fome não seja um problema educacional, a educação tem de se encarregar dela porque é um problema da sociedade de hoje. Então, me parece que é preciso levar em conta todos esses elementos porque, se não, estamos falando das mudanças no mundo do trabalho para um setor da sociedade e não para a sociedade uruguaia. Obrigada, presidente.

SENHOR PRESIDENTE.- A razão pela qual estamos aqui é para incorporar todas as perspectivas e visões.

SENHORA NANE.- Boa tarde a todos os convidados e aos colegas legisladores. Fiquei pensando em vários temas, mas vou tentar resumi-los em três pontos. Aqui falaram da loteria do nascimento, essa expressão que leva a pensar como o Estado deve agir diante disso; chama-se regulação que se realiza por meio de uma política pública. De fato, creio que é o tema que nos convoca, porque o que podemos fazer daqui é começar a entender quais são as políticas públicas que podem ser levadas a cabo. Quando falamos de uma política pública, é preciso entender que ela deve ser vista com um enfoque integral. Nunca teríamos tido o Plan Ceibal –se falamos de integrar conhecimento– se não tivéssemos tido uma Antel que implantasse conectividade em todo o território nacional. Este é um exemplo muito claro de entender. Nesse sentido, é preciso começar a ver o papel do Estado na política pública e como regulador, e vou dar dois exemplos. A inteligência artificial tem dois grandes pilares: os algoritmos e os dados que se utilizam para treiná-los. A senhora Fariello falava de não consumir pacotes de inteligência artificial, mas de criá-los, porque isso nos dá certa soberania na algoritmia, e depois da segurança nos dados que vamos utilizar para treinar esses algoritmos. Isso eu relaciono com o que dizia a legisladora Galán quanto ao viés que se pode ver na aplicação, já que os algoritmos aprendem com os dados que lhes são dados. Então, há um grande tema que tem pelo menos três pilares: a soberania dos pacotes de dados com os quais treine os algoritmos, a soberania da programação do algoritmo em si e a soberania do contêiner em que viajam os dados. Creio que temos de entendê-lo e agradeço muito à senhora Fariello por colocá-lo em chave de soberania. Considero que é importante ter essa soberania no acesso e no uso do conhecimento, e entender, como dizia a legisladora Galán, como isso bate depois. Justamente, uma das tarefas que mais estão sendo automatizadas é a seleção de pessoal. Então, quem vai ter acesso ao trabalho do futuro? Aí temos um cerne importante. Esse outro pilar –já termino, senhor presidente– me leva a que não só temos de construir as chamadas habilidades duras e as chamadas habilidades comportamentais, mas devemos ir fazendo uma construção que possa atravessar ambas com uma visão de direito. Isso vai nos demonstrar que temos de gerar e pôr em debate a cidadania digital, isto é, a cidadania do futuro. As pessoas têm de poder entender quais são suas obrigações e direitos já que, como dizia também a senhora Fariello – agradeço muitíssimo por trazer esse tema–, toda essa questão da liberalização e da flexibilização do trabalho que o mundo digital nos permite também produz certos aspectos de isolamento e gera uma visão de nada além de necessidades individuais. Creio que é do lado dos valores e de nos concebermos em uma comunidade em torno dos demais que poderemos ir trabalhando no exercício dessa cidadania do futuro. Muito obrigada.

SENHOR PRESIDENTE.- Seguimos enriquecendo os insumos que vão nos permitir fazer bons relatórios.

SENHOR MELAZZI.- Agradecemos a presença da delegação na tarde de hoje e as devolutivas feitas por cada um de seus integrantes. À medida que os ia escutando, procurei ir um pouco à raiz do assunto. A primeira reflexão que me surge, e a primeira pergunta que me fiz na vida, é se efetivamente uma pessoa pode se apaixonar por alguém que não conhece. Pergunto-me, então, se um jovem pode se apaixonar por um projeto de vida com o qual pode sonhar, mas que não conhece e que seu entorno tampouco lhe permite conhecer. É difícil que um jovem tenha um projeto de vida quando nunca viu seus pais terem um trabalho formal ou quando nunca os viu com um livro. É difícil, senhor presidente, ter um projeto de vida quando não há diálogo nos lares. Embora a tecnologia seja muito útil, mais do que chamar ao diálogo, ela invoca a indiferença nos lares. Somos cada vez mais indiferentes com nossos filhos. Em vez de usar os tempos livres para brincar com as crianças, nos dedicamos a fazer uso da tecnologia. O momento de sonhar é quando se é pequeno e, portanto, esse acompanhamento na educação deve nascer no lar. A tecnologia é uma ferramenta fenomenal, mas façamos nosso mea culpa pelo tempo que estamos dando a ela e pelo que dedicamos a educar nossos filhos. Tentando ir um pouco às raízes e entender qual vai ser o futuro do trabalho e o trabalho do futuro, deveríamos também ver que sociedade queremos para, justamente, ter uma educação condizente e dar a esse projeto de vida de que nossos gurus precisam. Muito obrigado.

SENHOR GILI.- Geralmente, discutir este problema nos leva à educação. Quero fazer algumas precisões a partir das reflexões dos colegas especialistas e das intervenções dos senhores legisladores. Temos prevista, além disso, uma mesa especialmente dedicada a tratar mais a fundo este tema. Se lembrarmos o evento do ano passado, os vetores que determinam o futuro do trabalho são, entre outros, as mudanças demográficas –como assinalaram o senhor Dutra e a senhora Llambi–, as mudanças tecnológicas –sobre as quais conversamos bastante, porque está na moda discutir hoje sobre o tecnológico– e a globalização. Pensemos que, no final, nossa economia vai se estruturar em termos do que acontece com a economia em nível global nos aspectos financeiros, de comercialização de bens e de serviços, os movimentos demográficos de pessoas no mundo e tudo o que tem a ver com a digitalização e os dados. Também há a cultura, que é outro fator determinante que está globalizado; tudo o que tem a ver com o cultural e o mundo global, o particular, etcetera. Este é o contexto em que estamos debatendo. Depois estão os impactos de gênero, como dizia a senhora legisladora Galán, ao que eu acrescentaria os de idade, de territorialidade e de onde estou socialmente situado. Essas são as dimensões. Nós temos de ordenar um documento – de alguma maneira é um compromisso acordado entre os senhores– com uma compreensão mais ou menos compartilhada que indique a partir de onde vão legislar, porque os senhores são os que tomam as decisões; o Governo –o atual e os futuros– vai governar a partir deste diagnóstico. Os especialistas podemos fornecer alguns dados que ajudem a tomar melhores decisões sobre isso, mas não a decisão final; além disso, nenhum de nós é especialista em todos os temas, mas tem um viés sobre o que estuda ou aquilo em que está em particular mais concentrado. Parece-me importante esta reflexão para dar contexto ao acordo

e ter presentes os documentos; houve algumas mesas muito interessantes sobre estes temas, nas quais se trabalhou com esta lógica que estou colocando. Agora gostaria de fazer uma reflexão que para mim é importante porque se escuta bastante. Aqui, apesar do que eu disse, vou me referir à educação. Tenho uma pequena discrepância, uma visão diferente de um tema que creio que está muito presente no Uruguai, transversalmente em todas as pessoas. Refiro-me à educação e ao setor social. Sou da ideia de que na educação existe uma forte transformação, mas creio que ela não é a responsável por resolver os problemas da pobreza do país. Sim, necessita –porque creio que tem de haver políticas para sair da situação de origem e ir para algo diferente– de outros apoios institucionais. Obviamente, a educação tem de se transformar para entender como resolver os problemas destes vetores que estão mudando a sociedade. Aí, na verdade, o problema que temos vai além dos setores sociais. Não é que estejamos falando de universitários. O Uruguai é o país da América Latina –creio que essa informação eu mandei agora há pouco para a legisladora Nane– que tem menos formados universitários e o que tem a melhor distribuição de renda. Esse é um problema do país. É insólito e ilógico, mas esse é o dado. Depois estão as discussões sobre o porquê, embora já sejam políticas e as deixo para cada um dos senhores. Esse é um dado objetivo: temos a pior saída de estudantes do ensino médio e os piores níveis de desemprego, como dizia agora há pouco Felipe Miguez, na idade juvenil. Então, temos um problema. Agora me lembro do relatório que nos explicava o consultor que veio do Banco Mundial, e também levo em conta o que assinalava Cecilia Llambi sobre o bônus demográfico. Na sociedade do século XXI combinamos produtividade por investimento, capital humano e a capacidade de combinar essas coisas para crescer e criar desenvolvimento. Precisamos formar outras habilidades e combinar bem o que fazemos. Então, se me perguntam como especialista, o que digo é que me parece pouco razoável –aqui, na verdade, estou copiando Fernando Filgueira– que, para os níveis de PIB e de distribuição de renda que o Uruguai tem, se deem os resultados que temos no nível de formação e em educação. Aí temos um gargalo e a esse respeito chamo à reflexão para que se discuta a partir disso. As soluções podem ser várias, discutíveis e com diferentes enfoques, porque isso não é uma ciência, apesar de ser evidente que algumas coisas estão sendo feitas com sucesso, mas me parece importante –e com isso não quero dizer que alguém pense diferente do que estou dizendo, mas simplesmente o menciono para que essa ideia fique como conceitualização– que se saiba que temos resultados que não correspondem ao nosso desenvolvimento econômico. Isso resulta em um paradoxo e deveríamos refletir sobre por que isso nos acontece.

Nada mais do que isso.

SENHORA ARAMENDIA.- Senhor presidente: queria dar ênfase à importância que têm a ciência, a tecnologia e a inovação para a sociedade, e destacar que atualmente se está em um processo de avaliação do Pencti, que creio que é bem importante, assim como também é estabelecer indicadores para poder ir avaliando-o. Digo isso porque ele é de 2010, estamos em 2022 e, é claro, aconteceram muitíssimas coisas e muitas mudanças sociais, em todos os sentidos, na sociedade. Outro tema que quero destacar refere-se a que, sem dúvida, os direitos humanos estão bem desafiados em tudo o que é este futuro da Internet.

Nesse sentido, quero assinalar que recentemente, em abril de 2022, o Uruguai assinou a Declaração para o Futuro da Internet, junto com outros sessenta países, que parte justamente da base do potencial que as tecnologias digitais têm para promover a conectividade, a democracia, a paz, o Estado de direito, o desenvolvimento sustentável e o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Propõe-se que passamos cada vez mais tempo na utilização das novas tecnologias e nas redes, e que, é claro, temos novos desafios e riscos nos quais é importante trabalhar. Também há uma visão –que me parece bem interessante e que é compartilhada por todos esses países que assinaram a declaração– que visão promove sociedades onde os direitos humanos e as liberdades fundamentais sejam protegidos; onde todos possam se conectar à Internet independentemente do lugar em que estejam; onde as pessoas e empresas possam confiar na segurança e na confidencialidade das tecnologias digitais que usam; onde todas as empresas possam inovar, competir e prosperar por seus méritos; onde haja uma infraestrutura segura, interoperável, e onde a tecnologia seja utilizada para promover o pluralismo, a liberdade de expressão, a sustentabilidade, o crescimento econômico inclusivo e a luta contra a mudança climática. Em definitivo, acontece muito que temos direitos humanos que se pode ver que estão um contra o outro, mas creio que é importante atender aos balanços e buscar os equilíbrios adequados. Creio que temos desafios também com o tema da identidade digital. Não quero deixar de mencionar o metaverso e todos os desafios que ele também está trazendo. Estamos evoluindo para uma nova internet, para uma internet dos sentidos, em que estamos passando de duas para três dimensões. Estamos vendo seu impacto nos investimentos, em para onde as empresas e os países estão apostando. Creio que aí também há um desafio, dado que já está gerando a necessidade de muita mão de obra capacitada para desenvolver a realidade virtual, a realidade aumentada, ao mesmo tempo que até vemos que de repente voltamos ao que é multidisciplinar e transversal. Vemos pessoas que não têm nada a ver com a tecnologia mas que estão tendo reuniões de trabalho no metaverso. Inclusive há algumas universidades em nível internacional que estão dando cursos inteiros no metaverso. Então creio que é importante que já comecemos a ter esses aspectos na agenda.

SENHOR DUTRA.- Retomo o que colocavam Bruno Gili e a legisladora Nane. Creio que a conclusão é que mais do mesmo é um problema para o futuro, ou seja, temos de assumir que as instituições que hoje temos não estão dando as respostas que os cidadãos esperam. Com isso me refiro tanto ao setor público quanto às organizações empresariais, sindicatos e também instituições educacionais. Há um indicador muito claro que está nos demonstrando todos os dias que hoje as empresas são espaços de aprendizagem. As empresas desenvolvem conhecimento, e a formação em termos de pertinência é mais bem avaliada na medida em que contemple espaços de aprendizagem prática. A articulação da educação com a empresa realmente alcança efeitos positivos no que tem a ver não só com inserção laboral, mas também com aprendizagem. Estamos falando não só da aprendizagem específica, mas também da que tem a ver com as habilidades comportamentais ou transversais.

Se estamos de acordo em que a formação contínua é um objetivo nacional a que todos aspiramos pensando no trabalho do futuro, há quatro pilares que me parece que devemos levar em conta e a partir dos quais começar a tomar decisões. Um deles tem a ver com gerar informação sobre qual é a demanda, que perfil tem a oferta e, a partir daí, que todos possamos falar a mesma língua. Hoje não estamos falando a mesma língua os empresários, o sistema educacional formal e o sistema educacional não formal. Se queremos encontrar respostas integradas, devemos ter informação objetiva, verídica e atualizada sobre o que está acontecendo no mercado de trabalho e nas demandas de qualificações. Há um segundo pilar que se refere ao desenvolvimento curricular, à formação concretamente. Ali as metodologias, as interlocuções em nível de instituições e empresas indubitavelmente são chamadas a se potencializar, a se articular e a encontrar formas inovadoras, de tal maneira que tudo isso habilite a criação de espaços de acreditação e certificação. Como dizia anteriormente, hoje no país esses espaços se limitam ao que estamos fazendo no Inefop, que é certificação de competências no setor informal, e quando queremos certificar ciclos formais dispomos de uma prova por ano que acredita o ciclo básico. Todos estamos muito satisfeitos com a existência dessa prova, mas indubitavelmente está longe de atender a demanda que hoje o país tem. A título de exemplo, fizemos uma convocação a usuários do Inefop para acreditar o ciclo básico e em dez dias se inscreveram novecentas pessoas. Na semana passada fizemos uma convocação, a partir de uma articulação com a UTU, e em três dias se inscreveram setecentas pessoas.

Portanto, em matéria curricular, em matéria de certificação de saberes formais ou de saberes informais, há um caminho a percorrer, a trabalhar, e que daria muitíssimo apoio ao desenvolvimento das qualificações e do capital humano. Há um terceiro pilar, a que fazia referência Cecilia Llambi, que tem a ver com a garantia da qualidade e, neste tema, retomo a análise de dados. Creio que a geração de dados e sua análise objetiva nos obrigam a chegar a decisões mais adequadas ao que o país requer.

Por último, há um tema que também nos convoca a todos e nos faz pensar de outra perspectiva. Refiro-me ao planejamento e à alocação de recursos. O financiamento da educação e da formação não é algo que deva passar somente pelo âmbito público, mas também deve haver investimento do setor privado, que entenda que o benefício dessa formação também vai em favor da empresa, da produtividade e da competitividade.

SENHORA SANGUINETTI.- Quero fazer três comentários muito pontuais. Falou-se do vínculo entre as empresas, o setor produtivo e a educação. Parece-me importante enquadrar isto no fato de que atualmente se está tendo este diálogo. Coube-me participar, junto com muitos colegas, de uma mesa sobre o novo marco curricular, na qual justamente estávamos representados os partidos políticos, mas também estavam os sindicatos, o setor produtivo, as associações empresariais, etcétera. Aí temos um desses nós, e creio que no marco desta comissão deveríamos aprofundar sua análise.

Por outro lado, a senhora legisladora Galán introduziu o conceito de lacuna de gênero, com o qual concordo, e creio que deveríamos ir um pouco além. Deveríamos ampliar o olhar para a diversidade em geral. Parece-me que o tema da diversidade às vezes está restrito a alguns eixos temáticos pontuais, e entendo que é necessário ampliar o olhar. Em terceiro lugar, pessoalmente, como a muitos de nós aqui que somos apaixonados por educação e acompanhamos estes temas, pareceu-me algo absolutamente inovador este estudo que Felipe Miguez mencionou, dos 25.000 testes em que se analisavam dezoito competências transversais e não havia diferenças por níveis educacionais. Confesso que não conhecia essa evidência. Creio que, no marco da discussão das competências, é um elemento que deveríamos levar em conta nesta comissão.

SENHORA LLAMBI.- Quero fazer alguns comentários sobre vários dos pontos que foram sendo conversados. Em primeiro lugar, sobre a pergunta de se o sistema educacional está ou não funcionando, creio que já se disse bastante, mas quero acrescentar algo mais. Nós, da CAF, fizemos um trabalho em que analisamos a mobilidade educacional, no sentido de se cada geração pode ou não ir superando o nível educacional da geração anterior, ou seja, de seus pais, e assim sucessivamente. Fizemos isso para vários países da América Latina e o que se vê é que em quase todos eles foi aumentando a proporção de jovens que terminam o ensino médio e são filhos de pais que não o haviam conseguido. Se olhamos os últimos quarenta anos, nota-se uma curva ascendente em quase todos os países da América Latina, mas não no Uruguai. Esse é um dado que tem de nos preocupar muito. É a cauda média-baixa da distribuição: jovens, filhos de pais que não terminaram o ensino médio. Isso se manteve estagnado. O que melhorou um pouco é a quantidade de jovens que são primeira geração universitária. Inclusive há um estudo em que se analisa que impacto tiveram a UTEC e a descentralização da Udelar nisso, e os autores encontram que há efeitos positivos. Estamos falando de jovens primordialmente filhos de pais que sim terminaram o ensino médio e que conseguem ter um degrau a mais quanto a anos de educação ou a níveis educacionais a que têm acesso no Uruguai. Então, também temos de olhar que temos populações diferentes e que precisamos atendê-las de forma diferente. Nesse ponto retomo um conceito em que creio que muitos de nós concordamos. Inclusive agora está se promovendo um novo marco curricular, que está sendo discutido. É necessário mudar ou reformular o tema dos currículos baseados em competências. Também se tem de incorporar a cidadania digital, como assinalava a legisladora Nane. Eu acrescentaria o conceito de criatividade digital, ou seja, cidadania digital entendida como saber usar a tecnologia de forma responsável e segura, mas também avançar um pouco mais em direção à criação de conteúdos novos usando a tecnologia. Talvez também outro passo a mais seria o que na literatura muitas vezes se denomina empreendedorismo digital. Em definitivo, estamos falando da capacidade de resolver problemas complexos usando habilidades que vêm das ciências da computação. Então, se agora se está discutindo um novo marco curricular, parece-me que aí há uma oportunidade de revisar e estabelecer sequências de como queremos que

nossos jovens e nossas crianças vão adquirindo, passo a passo, esse tipo de competências. Isso abrange todos os jovens e crianças, mas também se deve pensar que, se temos duas populações tão diferenciadas, é preciso ter um foco muito especial e diferente. Nesse sentido, essa loteria de nascimentos, que já foi mencionada, se vê muito patente no que acabo de mencionar e em muitos outros dados a que se pode ter acesso, e é preciso romper com isso. Então, aí é onde também creio que há um espaço importante da tecnologia. Não falo de ensinar habilidades digitais, mas de usar a tecnologia nos sistemas educacionais de forma criativa e inovadora para poder não só ensinar competências, mas também focar, sobretudo, nos jovens e crianças mais vulneráveis. Isso pode ser feito por meio de sistemas de informação; do uso de algoritmos para detectar estudantes em risco e intervir; da aprendizagem personalizada, como mencionou Felipe Miguez, etcétera. Há muitas coisas que se podem pôr em prática e sobretudo creio que é um dever nosso como sociedade atender essa população que vem ficando estagnada há décadas. Outro tema é o das empresas como espaços de aprendizagem. Isso é algo que já mencionou Guillermo Dutra e também Felipe Miguez. Obviamente, são espaços de aprendizagem. Podemos incorporá-las ou pelo menos analisar a viabilidade de incorporar modalidades que as integrem efetivamente como espaços de aprendizagem. Também quero remeter a um estudo da CAF em que se olhou onde os trabalhadores realmente acessam oportunidades de aprendizagem no trabalho, segundo o tipo de empresa em que estão. A realidade é que as oportunidades de aprendizagem no trabalho são bastante diferentes segundo o tipo de empresa em que a pessoa se insira. As empresas formais, grandes, oferecem muito mais oportunidades que as informais ou pequenas. Como disse Felipe Miguez também, os jovens mais vulneráveis que não terminam o ensino médio, etcétera, têm muito menos chance de entrar em uma empresa formal que continue lhes oferecendo oportunidades de aprendizagem relevantes. Então, também por aí creio que há um foco no tema do treinamento, formação em espaços não formais com esse foco, prevendo que, segundo a loteria do nascimento, entre outras coisas, os espaços de aprendizagem depois de se inserir no mercado de trabalho são bem diferentes para uns e para outros.

Sobre o tema de gerar informação que mencionava Guillermo Dutra, quero dizer que me parece sumamente relevante. Parece-me bem importante gerar informação que permita identificar onde estão as lacunas, onde estão as necessidades de formação, mas eu iria além e tentaria gerar um mecanismo que permita não só fazê-lo uma vez, mas deixar instalado um espaço em que isso possa ser realizado de forma regular, usando inteligência de dados, registros, etcétera. A ideia é deixar instaladas capacidades que possam fazê-lo, porque, por definição, isso vai ser um trabalho contínuo e muito relevante. Finalmente quero fazer uma observação a respeito do financiamento da educação. Há alguns anos participei de um trabalho em que olhávamos o bônus demográfico, que mencionei no início. Ali colocávamos que, se a taxa de dependência escolar vai baixando, então teoricamente com os mesmos recursos para a educação poderíamos atender melhor os estudantes. Isso é verdade *ceteris paribus*, ou seja, temos de pensar primeiro que queremos ampliar a quantidade de estudantes que queremos atender. Justamente, se temos 60 % de jovens que não terminam o ensino médio, a

esses jovens, em diferentes fases do seu dia, temos de atendê-los, e isso vai implicar maiores recursos e, além disso, podemos querer atendê-los melhor. Temos o dado de quanto os países da OCDE destinam, em média, de gasto por estudante em relação ao PIB per capita. Tomo esse dado porque, se considerasse o de gasto sobre PIB apenas, não estaria levando em conta que o peso da população jovem do Uruguai ainda é maior do que o peso da população jovem dos países da OCDE. Embora estejamos envelhecendo, ainda não chegamos a tanto. Então, sim, temos uma exigência maior do que a média dos países desenvolvidos. Portanto, olho somente o dado de gasto por estudante sobre o PIB per capita da OCDE e do Uruguai. O último dado disponível dá 22 % para a OCDE e 16 % para o Uruguai. Se tomamos como referência esse dado e inclusive consideramos o bônus demográfico, ou seja, nos colocando que temos determinada quantidade de alunos mas que vamos ter menos –é verdade, vamos ter menos–, isso nos dá uma necessidade de um ponto a mais do PIB para a educação básica, a fim de poder atendê-los usando a mesma, digamos, função de produção dos países da OCDE. Sim, creio –pois é verdade– que há coisas que se podem fazer, como melhorar a eficiência. Aqui todos podemos concordar que apenas aumentar os recursos não é a solução, mas sim devemos levar em conta que todas essas transformações vão pressionar por mais recursos, inclusive com bônus demográfico. Portanto, será muito importante desenhar mecanismos de financiamento, pensar em como se pode – progressivamente– ir financiando todas essas transformações.

SENHORA FARIELLO.- Vou ter de fazer um mea culpa porque não mencionei um vetor de campo –que é outro dos meus chapéus–: a ciência. Não vou me estender nisso, mas digo que todo mundo pensa mais na inteligência artificial, mas como soberania creio que a ciência também ocupa seu papel. Da última vez houve bastantes cientistas que falaram muito bem, então não preciso repetir nada do que eles disseram, mas sim é preciso levar isso em conta. Por outro lado –como aviso paroquial–, estamos no ciclo de seminários sobre «Ética e Ciência de dados» –nome de que gostamos mais do que o de inteligência artificial– e amanhã temos uma palestra sobre boas e más práticas de avaliação de sistemas de inteligência artificial. É transmitida pelo Zoom, então, se não quiserem ver séries da Netflix, está no Twitter e na página do Cicada, Centro Interdisciplinar em Ciência de Dados e Aprendizado de Máquina. Ali estão todos os avisos paroquiais, mas claramente estão convidados porque é uma atividade aberta. Em definitivo, sim nos preocupamos com os vieses. Obviamente, as lacunas de gênero em STEM são como a ponta do iceberg. Essas lacunas de gênero, muito antes dos cuidados, vêm de novo em relação ao que eu falava dos modelos de referência e do eu consigo. Em estudos que foram feitos sobre quanto participam, por exemplo, as meninas nas Olimpíadas de Matemática, observou-se que no começo a quantidade é 50-50, e à medida que vão crescendo essa participação vai diminuindo um monte. Isso tudo antes de chegar aos cuidados, que é outra grande parte que nos tira, mulheres, do mundo do trabalho. Justamente aí se dá uma incongruência, porque o tipo de trabalho digital –quando trabalhamos em áreas STEM– costuma ser muito mais amigável e compatível com a vida que nós, mulheres, temos, por mais que gostemos de dizer «não queremos a carga mental e queremos compartilhá-la e queremos compartilhar os cuidados».

Esse é um caminho que vai levar muito mais tempo do que outros que podemos percorrer para nos ajudarmos mais. Então, muitas vezes são trabalhos em que, com menor demanda de horas, conseguimos melhor remuneração, por isso são muito mais amigáveis. Algo que acontece na Faculdade de Engenharia e que nos impressiona é que a maioria das mulheres faz química, e depois, quando vemos em que trabalham, resulta que é na indústria, longíssimo de casa. Então, por que há mais mulheres que fazem química? A propósito disso, uma amiga que é engenheira química, durante uma palestra que estávamos dando para estudantes do ensino médio, disse a eles que ela gostava de engenharia e que, quando teve de escolher, investigou onde havia mais mulheres, e então foi para química e trabalha como tal. Está indo ótimo e ama seu trabalho. Retomando o tema, quando pensamos na educação, temos de analisar bem como manter os estudantes e como atraí-los para que comecem. Quando vou estudar, por que vou estudar, para quê e o que vem depois. Às vezes os pais não podem ser o modelo de referência para alguns meninos porque, justamente nesta loteria do nascimento, precisamos que haja outros modelos de referência, e por isso me referi tanto ao jogador de futebol. Hoje em dia está cheio de influencers, portanto é preciso ver também que mensagens são as que passam e se essa mensagem, de novo, é «eu gero conteúdos, sou youtuber e pronto, decolei e é algo que tenho à mão». Então, é fundamental como transmitimos a informação, como ela chega e como motivamos. Nós nos preocupamos muito com os conteúdos que a escola deve ter, mas a informação hoje em dia está toda aí; qualquer coisa que eu queira aprender, procuro um vídeo no YouTube e pronto. Se sei inglês, muito melhor, porque vou poder acessar uma quantidade de informação muito mais ampla, mas se só sei espanhol também, porque, por sorte, vivemos na América Latina, onde há um monte de conteúdos. Claramente, saber inglês, quanto ao acesso à informação em nível global, é um pilar superimportante. Outro pilar superimportante é aprender a aprender, ou seja, como acesso os conteúdos de que preciso e que me interessam, como os processo e como faço algo com eles. Aqui é preciso mudar um pouco o paradigma da formação formal, no sentido de que a escola deixe de ser um lugar que tem de me dar conteúdos; deve ser um lugar aonde eu vá não porque me obriguem, não porque a educação seja obrigatória e meus pais tenham de me mandar porque é obrigatória, mas porque vou porque há coisas que me interessam. Isso não significa que tenho de transformar a escola em um circo, mas que devemos pensar em aprendizagens baseadas em projetos que me levem a criar as competências que tenho e a trabalhar em equipe. Por sorte, a escola vai mudando, mas se baseia muito na avaliação individual, na necessidade de aplicar uma prova escrita, na necessidade de fazer um ditado, na necessidade de avaliar porque se precisa dar uma nota única. Também podemos fazer isso com alguém que está trabalhando em equipe. Além disso, o trabalho também aponta para isso. Hoje em dia é difícil que somente uma pessoa tenha todas as competências de que precisa para resolver um problema; deve-se aprender a potencializar as competências, a trabalhar com outras pessoas, a falar a linguagem que outra pessoa maneja e a se comunicar. Então, as competências do futuro são as mesmas de que precisamos agora, mas podemos mudá-las para o futuro. Por isso, devemos pensar em motivação e em formação. Quando vou a um lugar de que gosto e que aproveito, é muito mais fácil que eu fique. É importante entender –como disse Felipe Migués– para que fico. Deixaram de ir porque não lhes interessa ou porque acham que não lhes serve. Então, essa é

a mensagem que temos de mudar. Obviamente, mudando um pouco o como ensinamos, mas mudando a maneira de chegar e de nos comunicarmos com essas pessoas que acham que nunca vão ter uma oportunidade. Claramente, o sistema de cuidados tem um papel muito importante neste caso, porque há jovens que não têm onde deixar seus filhos e temos um monte de probleminhas, não porque sejam pequenos, mas porque vão se acumulando. Precisamente, pensando na lacuna de gênero, se quero fazer uma carreira tecnológica –volto a me centrar aqui porque é o que conheço de perto–, vou precisar de muito investimento pessoal para poder me formar com o objetivo de chegar depois a um trabalho que me permita compatibilizar um monte de coisas. Então, como sustento as pessoas que preciso que se formem desde o início até ter um autossustento que realmente lhes permita viver, e não só sobreviver, que são coisas muito diferentes?

SENHORA GARRIDO.- Boa tarde a todos.

Parabéns aos integrantes da Comissão Especial de Futuros e aos expositores. Foi sumamente valioso e prolífico tudo o que aqui se tem compartilhado.

Do meu lugar de conhecimento, com foco no que tem a ver com o uso de futuro, creio que o grande desafio que tem este espaço no Parlamento é, precisamente, colocar os problemas de tal forma que o foco de tração seja o futuro, para sairmos momentaneamente da conjuntura e da questão que empurra desde o passado. Isso não significa que não levemos em conta o que está acontecendo hoje, nem tampouco a importância que tem o passado, mas –tal como foi muito bem colocado pelo legislador Cal–, a ideia é identificar –vem-se fazendo– vetores de transformação e emergentes que estejam imprimindo uma espécie de força de tração de mudança. Embora em determinado momento tenha parecido que se estava falando de educação e que isso está colocado no terceiro dos eixos, creio que surgiram múltiplos vetores de transformação entrelaçados. Do mesmo modo, creio que o foco que de alguma maneira os interconecta, mais do que a educação, seria a importância de entender essa mudança de era rumo a uma sociedade intensiva em aprendizagem. Cada um dos senhores, em suas diferentes especificidades, colocou a ênfase na aprendizagem. Para isso precisamos repensar as instituições e os modos de que dispomos, para que todos tenhamos a oportunidade de aprender a aprender, como dizia María Inés Fariello. Parece-me importante levar em conta a obsolescência do conhecimento, razão pela qual também é preciso aprender a desaprender para voltar a aprender. Então –como dizia Filgueira no evento passado, o que mudou é a mudança–, surgiram muitos vetores e, obviamente, um deles é o tecnológico. É interessante que nesta instância, colocada de forma espontânea para ver o que fazia figura, ele não a tenha «comido», porque o que ocorre geralmente é que o tecnológico toma conta de toda a discussão, de toda a conversa, de toda a troca. No entanto, esteve presente e, claramente, como um vetor que traciona transformação, mas também esteve presente o aspecto demográfico. Além do que se mencionou vinculado ao bônus demográfico, apareceu também a questão do outro olhar para o tema demográfico, que é a extensão da vida humana, a longevidade, e que isso nos leva –como alguns dos senhores assinalaram– a ter de repensar os ciclos de vida e, portanto, também as necessidades de aprendizagem e de modos de aprendizagem. Refiro-me a

pensar como compartilham alguém de dezoito com alguém de quarenta e cinco e, diria mais, com alguém de sessenta ou de setenta anos. Parece que essas são as necessidades destes tempos. Falou-se também de novos espaços que surgem vinculados ao tecnológico, nos quais, por ser esta uma comissão em chave de futuro, temos de entrar, que são os espaços virtuais. Além do nome metaverso, são esses espaços onde se aprende, onde se comercializa, onde se relaciona, onde se interage. Algo também sumamente importante que apareceu é isto como novidade na relação entre humanos e não humanos, as novas fronteiras que o tecnológico abre na construção de tecnologia que gera realidade, na qual nós temos incidência. Portanto, é sumamente importante o que a legisladora Nane mencionava sobre o viés na codificação. Enfim, podemos ver que são múltiplos os vetores que apareceram hoje aqui. Mencionou-se também o da mudança paradigmática. Essa é outra das características dessas mudanças de era ou de uma era de mudança. Um dos vetores que me chama a atenção que não tenha tomado presença é o que tem a ver com o estresse sobre os limites planetários, embora Guillermo Dutra tenha mencionado o aspecto do cuidado com o meio ambiente. Os vetores de transformação no mundo do trabalho têm a ver com a situação do estresse sobre os limites planetários que estamos vivendo, situação que realmente temos de internalizar, tanto em mudanças de modos de produção quanto de consumo. Muito obrigada.

SENHORA NANE.- Senhor presidente: vou fazer dois avisos paroquiais, nada mais. O primeiro é que, amanhã, aqui no Parlamento, às 09:00, vamos estar propiciando um debate justamente sobre o uso da inteligência artificial e o reconhecimento facial automatizado, de modo a ir colocando o Parlamento como anfitrião de temas de futuro que é importante ir considerando. Estamos realizando isso em conjunto com organizações da sociedade civil. Então, se amanhã não quiserem ver Netflix, têm um monte de coisas relacionadas com a inteligência artificial. Montamos um programa ótimo, dos mais variados. O segundo tem a ver com o seguinte. Cheguei um pouco tarde a esta sessão porque estava na Comissão de Ciência, Inovação e Tecnologia recebendo o doutor Rafael Radi. O importante da ciência, da pesquisa e de envolver não somente o mundo produtivo, mas também o social, quando pensamos em ciência e em pesquisa, é que isso nos dá um sustento ao pensamento estratégico que, como país pequeno, devemos ter. Nesse sentido, não sei se mencionaram a importância de alcançar o pensamento abstrato. O xadrez é uma grande ferramenta para isso. Não digo isso como uma jogadora exímia, nem de longe. Estou num nível de superprincipiante, mas em geral o pensamento abstrato aponta não somente para a questão curricular, mas para poder resolver um modelo, elevar o modelo do problema e baixá-lo para a realidade. Nesse exercício de subir e descer nos níveis de abstração creio que está grande parte da habilidade de olhar para a frente. Muito obrigada, senhor presidente. Foi muito gentil, como sempre.

SENHOR CAL.- Muito obrigado, senhor presidente.

Vou ser muito breve. Simplesmente quero agradecer a todos os especialistas que estiveram hoje conosco. Esperamos que os resultados que em breve tenhamos desta comissão sejam elemento de consulta, não somente de quem a integramos, mas de todos os legisladores. A ideia é que possam consultar os elementos que vão surgindo daqui, que sem dúvida serão muito valiosos. Esta comissão tem sido muito inovadora e estou convencido de que vai cumprir uma função muito importante em uma governança antecipatória que, indubitavelmente, necessitamos. Todos nós que integramos esta comissão agradecemos a presença dos senhores no dia de hoje.

SENHOR PRESIDENTE.- Finalizando, lembro-lhes que vamos ter também –compartilho com os especialistas que hoje nos acompanham– mais quatro sessões. A segunda sessão terá a ver com «vetores de transformação e emergentes que implicam repensar as práticas econômicas e de produção de valor no século XXI», que será coordenada pela senhora legisladora Nane.

Um terceiro eixo tratará de «Novas habilidades para o século XXI: Aprendizagem permanente» –do qual hoje se falou bastante–, e ficará a cargo dos senhores legisladores Melazzi e Sanguinetti.

A quarta sessão terá relação com «Sociedades longevas (100+): Transições rumo a um futuro de longevidade. Seu impacto no mundo do trabalho», e será a legisladora Gloria Rodríguez quem se encarregará de expor.

E, finalmente, «A governança do trabalho do futuro: regulação e política trabalhista em uma mudança de era», que será coordenada pela legisladora Galán. É claro que os demais legisladores que quisermos participar da preparação dessas sessões poderemos fazê-lo.

Estão nos avisando que o alto escalão do PNUD está chegando. Como os senhores sabem, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento está acompanhando esta comissão. Não escapa a ninguém que apoia programas e projetos relacionados com este tema. O PNUD e a ONU hoje estão dando muitíssima ênfase ao trabalho de governança antecipatória.

Dizia no começo que, em um evento realizado ontem à noite e do qual participaram vários dirigentes do governo, legisladores e intendentes, o administrador do programa em nível global, em boa parte de sua mensagem, referiu-se especialmente à importância que a ONU e o PNUD –estava presente também o representante nacional residente da ONU– dão ao que justamente nós estamos fazendo aqui. Em instantes teremos uma troca muito breve; simplesmente, o administrador quer expressar seu apoio ao que está sendo feito aqui, tanto no Parlamento quanto em outros âmbitos da governança antecipatória. Obviamente, nós, de maneira muito breve, vamos fazer-lhe uma revisão dos passos que demos até aqui. Também vamos aproveitar que o secretário-geral do Parlatino, o legislador Juan Rodríguez, iniciou um processo para gerar um âmbito de comissões de futuro de toda a América Latina. Em nível do PNUD estiveram muito de acordo em apoiar esse processo e entendeu-se que, apesar de o nosso processo ser muito incipiente, temos coisas a contribuir nesse início em nível mais latino-americano.

A partir do mês de outubro estaremos participando de um âmbito mais global, com uma primeira instância em Helsinque, Finlândia, que é a pioneira em todos estes processos de legislação ou governança antecipatória em geral.

Portanto, seria muito importante que pudessem ficar uns minutinhos para receber o alto escalão do PNUD. Reitero que será uma reunião muito breve. Passa-se a um intervalo. (São 18h12). –Havendo quórum, continua a sessão. (São 18h37). (Entram na sala autoridades do PNUD).

SENHORA TEIJEIRA.- Muito boa tarde, damos-lhes as mais cordiais boas-vindas a este encontro, a esta atividade de diálogo que a partir de agora começamos, no marco da visita do subsecretário-geral das Nações Unidas e administrador do PNUD –que se encontra ao nosso lado–, senhor Achim Steiner. Aproveito para cumprimentar as demais autoridades presentes: o subsecretário-geral adjunto das Nações Unidas e diretor regional do PNUD para a América Latina e o Caribe, senhor Luis Felipe López-Calva; os representantes regionais do PNUD que neste momento se encontram em Montevideu; os legisladores que integram a Comissão Especial de Futuros, e todos os aqui presentes. Para mim é realmente um privilégio –como cidadã, mas também como jornalista– assistir a estas apresentações, a estes debates que vêm acontecendo ao longo de vários meses sobre temas pensados a longo prazo. Disse que, como jornalista, também é um privilégio porque é importante gerar estes debates, que sejam públicos, que sejam abertos, que nos permitam pensar e ter acesso a toda a informação com que se está trabalhando, em uma experiência de pensar cenários futuros, que não deixa de ser inovadora, na qual, como sempre, o Uruguai é pioneiro. Nem é preciso dizer –eles vão fazê-lo melhor do que eu– que vivemos em um mundo em que as certezas são cada vez menores. Não é a época de nossos avós, em que parecia que o mundo era muito mais restrito ou nos dava muito mais certezas, sobretudo quando ainda estamos saindo de uma pandemia que nos deixou mais incertezas e reviravoltas em nível social e trabalhista. Só em nível da participação laboral das mulheres, retrocedeu-se mais de uma década, e temos sistemas de saúde colapsados. Talvez isso não tenha ocorrido tanto no Uruguai, mas sim no mundo. Sobre o tema do trabalho, que é um dos pontos sensíveis porque dignifica e situa as pessoas em um lugar na sociedade, é que esta Comissão Especial de Futuros tem trabalhado. Não é pouca coisa que este debate seja feito no Parlamento, na casa da democracia, porque aqui estão representadas todas as correntes, todos os setores de opinião do país. Às vezes é bom, se não há unanimidades, pôr sobre a mesa essas diferenças para crescer. Conto-lhes que esta atividade vai contar com a intervenção de legisladores que integram a Comissão Especial de Futuros e também vamos ter a participação e a apresentação de Steiner, como representante das Nações Unidas nesta experiência em que o Uruguai também é pioneiro, pensando nesses cenários de futuro. Por sua vez, Juan Martín Rodríguez vai estar conosco representando seu trabalho no Parlatino sobre estes temas.

SENHOR PRESIDENTE.- Muito boa tarde a todos.

Damos as boas-vindas ao senhor Achim Steiner e, em seu nome, a toda a delegação, ao senhor Luis Felipe López-Calva –que já nos visitou, creio que no ano passado–; ao senhor Stefan Liller, representante residente no Uruguai do PNUD; a toda a equipe do PNUD e a todos os representantes residentes que hoje nos acompanham.

Neste âmbito não é necessário nos estendermos –e não vou fazê-lo– sobre por que é importante a governança antecipatória e, no nosso caso, como parlamentares, legislar com antecipação. Todos sabemos que o tempo que nos cabe viver, com suas mudanças aceleradas, permanentes e profundas, já não nos permite fazer o que fazíamos antes, quando a única tarefa que tínhamos os legisladores era ver a realidade que havia se consolidado –nem sequer a que estava mais ou menos–, os costumes, as condutas que já haviam se desenvolvido e consolidado; a legislação se limitava a se adaptar a essas novas condutas. Isso durante um tempo esteve bem, porque a sociedade ia muito mais devagar e o melhor que a legislação podia fazer era regular e pôr as regras em função do que já estava dado. Hoje todos sabemos que isso não se pode seguir fazendo, porque as mudanças são de tal rapidez que esse futuro de que tanto falamos já começa a se gerar e a aparecer no hoje, nos emergentes, como dizem nossos documentos.

Por isso a ONU e o PNUD, entre seus objetivos principais, priorizaram o apoio à governança antecipatória. No nosso caso, entre as características essenciais e requisitos da legislação antecipatória está que deve ser feita em colaboração. Deve ser feita em colaboração interna e por isso hoje estamos terminando uma sessão em que se deu uma troca com especialistas no tema sobre o trabalho do futuro, o futuro do trabalho. Trata-se de especialistas de diferentes âmbitos –como disse, são especialistas no tema do futuro do trabalho– e também de organizações em nível local e internacional, porque a característica que este mundo nos apresenta é a globalidade, a globalização. Então, o PNUD poderia querer fazer seu próprio livro branco da governança antecipatória, mas ficaria pela metade se não o fizesse com todas as outras partes envolvidas. O mesmo nos aconteceria: se quiséssemos fazer isto sem os conhecimentos de especialistas que requer, ficaríamos também no meio do caminho. Inclusive deixamos por ali –porque queremos ser muito breves– o plano metodológico, que, junto com a publicação, é o nosso livrinho branco que por ora estamos construindo. Também neste caso está claro que o aprendizado vamos fazendo todos, com mudanças e adaptações.

Dos aspectos que definimos neste Parlamento com todos os partidos que o integramos, destacaria o de fazer antecipação de forma profissional, sistemática e rigorosa, com um plano metodológico e com o saber especializado correspondente. Neste ponto contamos e seguimos contando com a especialista Lydia Garrido, que hoje nos acompanha, como fez desde o primeiro momento. Precisamente, a partir da Unesco, ela integra os grupos mais inovadores e de última geração na metodologia antecipatória, porque esta também vai mudando permanentemente. Este grupo de legisladores cumpre rigorosamente com sua metodologia, além de fazer outras coisas que estamos concretizando, levando em conta as melhores experiências internacionais. A esse respeito, podemos mencionar a troca permanente com um grupo de especialistas. Nossos convidados poderão ver na publicação que no ano passado

tivemos a contribuição de mais de vinte e cinco especialistas de primeiro nível que, a partir de suas diferentes perspectivas, lançaram as bases deste trabalho que iremos aprofundando nos próximos anos.

Do mesmo modo, outro requisito que deve cumprir uma Comissão Especial de Futuros como esta é o compromisso de quem a integramos quanto a olhar o médio e o longo prazo. Neste espaço estamos comprometidos a renunciar à discussão conjuntural que, é claro, levamos adiante durante todo o dia em outros âmbitos. A verdade é que neste tempo que passou desde que a colocamos em andamento –concretamente desde 2021– fizemos uma publicação cuja leitura recomendo e que nos foi de muita ajuda, não só aos parlamentares. De diferentes setores da sociedade nos agradeceram as contribuições que foram feitas. Pessoalmente, gosto de lembrar que já estamos na terceira edição, porque não só do meio local, mas também de outros parlamentos e organizações do mundo nos pediram que compartilhássemos esta publicação que completamos com a ajuda do PNUD. Nesse sentido, quero mencionar que neste ano estamos completando «O trabalho do futuro, o futuro do trabalho», que naturalmente é um dos principais desafios que as sociedades atuais têm, obviamente com uma enorme transversalidade no que diz respeito a suas causas, efeitos e contribuições.

Muito brevemente queria compartilhar o que estamos fazendo e também gostaria de agradecer muitíssimo ao PNUD por este apoio que nos permitiu fazer isto de forma profissional, rigorosa e cumprindo as metodologias mais avançadas que hoje se conhecem no mundo.

SENHORA TEIJEIRA.- Só queria sublinhar algumas questões sobre a colaboração e a metodologia antecipatória, como trabalho profissional. Sublinho isto –embora imagine que o Parlamento trabalha assim–, porque mudar a metodologia e pensar a longo prazo são questões distintas. A legisladora Nane é a vice-presidenta da Comissão Especial de Futuros.

SENHORA NANE.- Damos as boas-vindas a esta casa a quem nos visita pela primeira vez e agradecemos a quem já conhecemos por acompanhá-los. Estive tomando algumas notas enquanto o presidente falava e tentava entender alguns desafios no que se costuma chamar de governança antecipatória. Creio que temos um grande desafio em que o que se construa possa ter como pilares o desenvolvimento sustentável e inclusivo, porque, se esta é a casa onde todos debatemos, tem de ser para todos, e aí temos várias questões que nos transversalizam, como o gênero, as faixas etárias, as condições sociais, enfim, há muito para trabalhar aí. Quando falamos do trabalho nessa matéria –diante desta onda que às vezes bendizemos e maldizemos, que é a tecnologia que nos atravessa– temos o desafio de conseguir uma visão humanista e não nos deixar tentar pelas luzes da tecnologia. Este grande desafio é, sobretudo, para as novas gerações. Quando falamos de desafio para as novas gerações, é obrigação de cada um de nós que estamos aqui que esse olhar de futuro esteja carregado de uma profunda generosidade, porque o futuro que construirmos, regularmos ou anteciparmos não vai ser para nós, mas para os demais. Nesse sentido, é importante ter visões transversais quanto a que é preciso ir construindo uma cidadania de direitos, de futuros, em que possamos olhar todos

os aspectos do ponto de vista do exercício dos direitos e poder garanti-lo a partir da política pública que tem a ver, em definitivo, com muitos dos temas que consideramos aqui. Por último, é preciso encontrar equilíbrios entre aspectos de soberania e de cooperação. Este é um mundo que nos convida à cooperação e a sustentar pilares de soberania que devemos encaminhar a partir da governança. Este livro tem muitos temas de futuro e outros em que podemos começar a trabalhar hoje, e creio que isso é parte de quem tem a responsabilidade de levar a agenda de algumas comissões, como a de Ciência, Inovação e Tecnologia do Parlamento. Nesse âmbito já entramos em alguns desses temas para começar a buscar entendimentos e espaços de debate, mas sabendo que devemos transitar para esses lugares-comuns sem abrir mão dos aspectos ideológicos que cada um traz consigo –e que representamos na casa da democracia–, embora construindo acordos com essa visão generosa de futuro que é preciso tratar de conservar. Muito obrigada.

SENHORA TEIJEIRA.- Muito obrigada, senhora legisladora. Fico com a expressão «desenvolvimento sustentável e inclusivo», fazendo referência às lacunas existentes, que não são só de gênero, mas também há outras. A revolução tecnológica e digital significou uma oportunidade, sobretudo em nosso país, com o que vivemos em relação à educação a partir de casa durante a pandemia e com o teletrabalho, mas também é preciso ver como vai ser o futuro do trabalho nesse sentido. Se me permitem, senhor presidente, gostaria que fizesse uso da palavra o subsecretário-geral das Nações Unidas e administrador do PNUD, senhor Steiner.

SENHOR STEINER (Segundo a versão da intérprete).- Senhor presidente, senhores legisladores e colegas: é uma honra estar sentado neste lugar do Parlamento uruguaio e ter a oportunidade de me dirigir aos senhores na Comissão Especial de Futuros, em um país com uma economia que tem tanto a nos dizer sobre o futuro. Não menciono estas palavras com humildade, mas me sinto fascinado. Não é coincidência que estejamos hoje no Uruguai em um momento de crise. Lembremos que ainda estamos saindo da pandemia e que rapidamente entramos em uma disputa mundial que está afetando as pessoas de todo o planeta e nossas economias, gerando uma grande incerteza. Há alguns meses o PNUD publicou as novas ameaças do futuro. Um dos números que nos incomodava nesse relatório é que seis de cada sete pessoas são pobres; seis de cada sete pessoas sentiram insegurança em relação ao futuro. Que tempo tão curioso o que vivemos, quando vínhamos de um tempo em que as coisas estavam mais claras. Somos os mais ricos, os mais educados, sábios e tecnológicos da história da humanidade. Somos os mais ricos se consideramos a economia mundial. Temos mais de quatrocentos e trinta trilhões de dólares em riqueza mundial. Não há nenhum planeta com este potencial, mas cinco de cada seis de nossos cidadãos se sentem

inseguros em relação ao futuro. Se quisessem uma prova ou uma evidência de por que isso acontece, aqui têm a resposta de por que é necessária uma comissão para o futuro. Permitam-me que também reconheça o trabalho de nossos colegas que estão aqui. Estou acompanhado pelo senhor Pablo Ruiz, coordenador residente das Nações Unidas no Uruguai, por meus colegas do PNUD e pelo diretor regional, a quem já conhecem. Aqui há representantes de todos os países da América Latina e do Caribe. Escolhemos nos reunir no Uruguai porque acreditamos que a forma como os senhores estão pensando no futuro é muito relevante para o que acontece em nosso próprio micromundo.

Os senhores mencionavam o que fazemos na Unesco a respeito da ideia de uma metodologia antecipatória para pensar no futuro. É algo que na Unesco nossos colegas estão oferecendo também ao mundo. Como disse Peter Drucker: «O maior perigo em tempos turbulentos não é a turbulência em si, mas agir com a lógica de ontem». Creio que é algo muito profundo, porque as maiores transições da história não se realizam graças a deduções, a escolhas informais ou tentando prever o futuro, mas preparando-nos como sociedade para as diferentes possibilidades e para a mudança, sobretudo quando esta é dramática e rompe o cenário, a sociedade e o setor financeiro. Ninguém gosta dessa disrupção. Em geral, estes são os momentos em que as sociedades caem ou têm sucesso.

Se algum dos senhores ainda duvida de que estes são tempos difíceis, permitam-me lembrar onde estamos hoje: em um mundo em que o número de pessoas com fome dobrou nos últimos meses, grande quantidade de gente foi obrigada a sair de suas casas, a quantidade de refugiados chegou a números recordes e o número de conflitos é o mais alto desde a Segunda Guerra Mundial. Estamos sendo partícipes e testemunhas de uma guerra que não era imaginada no leste da Europa; inclusive, devemos considerar a ameaça de armas nucleares.

O que aconteceu conosco? Lembram-se do fim da Guerra Fria? Lembram-se dos dividendos da paz? Lembram-se de que em algum momento se falava que era o fim da história? O que aconteceu conosco como humanidade e como vamos avançar? Creio que estamos nos desintegrando. Neste momento estamos correndo o risco de nos desintegrar como uma família global de países, de uma forma que não nos acontecia havia muito tempo. Começo com esta perspectiva global porque o Uruguai está fortemente ligado ao resto do mundo. Um de seus presidentes me disse, quando apontou para o porto: o único motivo pelo qual existimos é porque temos esta entrada; somos um buraco ao lado do mar. Nessa simplicidade há algo que é muito incrível. A existência própria e a totalidade da história do Uruguai é algo tal que tudo aconteceu por um motivo. Neste momento, quando olhamos para fora, vemos que eles saem, que os navios vão a outros mercados e esses mercados trouxeram a ele um grande crescimento econômico, de riqueza e de progresso para o mundo.

Os senhores sabem que, há trinta e dois anos, as Nações Unidas e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD– publicaram o primeiro relatório de desenvolvimento humano. Menciono isso não só porque contivesse outra verdade, mas precisamente porque era uma tentativa de evitar a simplificação extrema e de utilizar a lógica do passado para antecipar o futuro. Também era de vanguarda a forma como definíamos o progresso como um produto dos humanos. O PIB e a renda eram sinônimos do desenvolvimento humano, mas, é claro, na sua região do mundo estão se rebelando contra

essa perspectiva muito limitada do avanço e se introduziu uma nova forma de ver as capacidades humanas. Talvez não seja uma coincidência que dois economistas do sul tenham se tornado os arquitetos de abrir nossas mentes, de expandir nossas lentes. As capacidades humanas, a expectativa de vida e também os anos de educação foram as primeiras formas em que se expandiu. Não vou entrar nesta metodologia, mas nos levou uns vinte anos introduzir –há um par de anos– um índice ajustado do desenvolvimento humano, porque nosso pensamento é bastante antropocêntrico. Nossa relação como humanos com o planeta foi redefinida na forma como olhamos o futuro. Espero que na comissão já tenham discutido alguns desses aspectos e que continuem fazendo-o, seja que o olhem através da lente do sucesso econômico ou do impacto diferencial, talvez da mudança climática e da degradação do meio ambiente, ou prestem atenção à sustentabilidade e ao custo na agricultura ou à próxima era de desenvolvimento, porque todos estes vão dar forma ao tipo de escolhas que os senhores vão fazer. Há uma declaração que indica que não se pode evitar o futuro. Poderíamos utilizá-la em outro sentido. Eu gostaria de utilizá-la de forma que, quando pensamos no desenvolvimento humano, o fazemos como no futuro de uma comissão parlamentar. Trata-se de escolhas. Há muitos futuros possíveis. Alguns estão determinados claramente por outros desenvolvimentos, mas muitos desses futuros residem na política mesma do que os senhores realizam e em que as escolhas que fazemos sejam antecipatórias. Parabeno-os por esta abordagem, que emula a que utilizamos na Unesco. Como dissemos, não podemos prever o futuro, mas sim nos preparar para ele e também dar forma a parte desse futuro por meio das escolhas que fazemos, e estas às vezes dependem da informação, do PCSI, da mudança climática. Este conceito foi introduzido há alguns anos e foi uma forma de ajudar o mundo a compreender, em um momento de evidência limitada, quais eram as implicações da mudança climática e como deveríamos compreender suas consequências profundas. Hoje somos todos especialistas em mudança climática e podemos nos referir a este tema, mas há uns trinta anos isso não acontecia e, quando falávamos de dióxido de carbono, nunca mais o víamos depois que deixávamos o colégio. Em menos de trinta anos chegamos a um ponto em que a economia global por completo mudará porque deixará o combustível fóssil. Não tenho dúvida de que será assim, e os senhores estarão em uma posição privilegiada pelas mudanças que já introduziram e por olhar esse futuro com confiança. Em outras partes do mundo é algo diferente. Se se produz este petróleo, como se pode abraçar esta ideia de mudar. De alguma maneira, a Rússia, por meio das sanções, está vendo que está nos obrigando a tomar decisões de mudança.

Agora há um governo que vem do Partido Verde e os senhores compreenderão a ironia, porque teve de voltar a utilizar estas estações, tive de viajar ao Catar, o presidente dos Estados Unidos teve de viajar à Arábia Saudita para garantir o abastecimento de combustíveis. Não é tão irônico, não se trata disto, mas de quão precisos devemos ser ao responder a uma emergência como esta, porque garantir a energia requer senso comum e fazer algo a curto prazo. A questão é se abandonamos a tradição de longa data para resolver o de agora. Os mercados sempre se movem a curto prazo. Permitam-me dizer, e desculpem porque talvez haja setores privados representados aqui, que isto de modo algum é para diminuir o retorno das empresas ao mercado, mas provavelmente, se pensamos na energia, o que vai acontecer em trinta anos é que a maior parte das decisões sejam mais

curtas. Um dos dilemas, se o Parlamento olha para isto que fala do governo que regula o futuro, é permitir que a sociedade tome consciência do que deve ser feito para que uma economia composta de mercados, normas, investimento privado e comportamento de consumidores chegue a uma visão única sobre o tipo de sociedade e de economia que se deseja. Isto é muito mais do que compreender, e pode haver um preço por quilowatt-hora para pagar pela eletricidade ou se devem aumentar os impostos. Trata-se de desenhar sobre as escolhas.

Falou-se do futuro do trabalho. Vivo em Nova York e há vinte e dois meses eu saía do meu escritório, que estava abandonado. Tenho certeza de que os senhores tinham o mesmo fenômeno: discutir o futuro do trabalho, o tipo de escritórios que pensariam para o futuro. Esta é uma discussão meio de ficção científica, porque os senhores pensariam que nunca precisaríamos de escritórios da forma como os utilizávamos antes. Um terço do PNUD pensou que não ia voltar, tínhamos um terço trabalhando no escritório e dois terços trabalhando fora. Então, o mercado imobiliário colapsou em Nova York, mas agora estamos em junho de 2022 e a conversa já mudou de novo. É como se a covid não tivesse existido e as pessoas começaram a dizer: «Não, não, as pessoas vão voltar aos escritórios e, de fato, vão ter vida de escritório de novo». Isto nos mostra que em um tempo muito curto algo parece ser muito claro, mas depois muda aos doze ou quinze meses. Então, um país como o Uruguai, que é tão dependente de tantas variáveis do que acontece no mundo, como se prepara como sociedade, como uma economia, no curto prazo, para algo que é muito disruptivo e para esta insegurança? Segundo: como constrói uma economia que essencialmente reflete a sociedade que o Uruguai deseja, se muitas das decisões serão tomadas no ano que vem, talvez, ou nos próximos cinco anos? Não vou tomar mais tempo dando-lhes exemplos sobre as variáveis. Os senhores vão fazer uma análise muito profunda; estão buscando evidência e, sobretudo, construir um discurso público sobre o que vem depois.

Creio que devemos encontrar a forma de fazer com que esta conversa seja acessível ao público. Podem trazer especialistas na atmosfera ou no futuro do trabalho, podem trazer economistas que lhes apresentem uma grande quantidade de informação, pesquisa e evidência, mas, no fim das contas, sua comissão deve estar empoderando cada cidadão uruguaio e não só um grupo de especialistas.

Como vamos reduzir esta lacuna? Quero deixá-los com duas ideias que talvez não sejam relevantes, mas poderiam ser um ponto de referência. Às vezes, a complexidade pode ser muito desanimadora. Estamos vivendo tempos muito complexos; todos os que acreditam ou fingem acreditar que as coisas são claras são um pouco ingênuos ou estão equivocados, porque as escolhas são mais complexas.

Imaginem por um momento que hoje são legisladores no Parlamento e que querem desenhar projetos e trabalhar com outros países quando em apenas oito anos o mundo estará em posição de controlar a mudança climática. Tentem imaginar isso. É provável que em uma década não haja um ponto de retorno; não podemos dar a volta, não podemos voltar aos gases verdes. Então, em 2030 as coisas vão ser até piores; talvez aconteçam cenários piores. Perdemos essas escolhas. Para quem tem crianças ou pensa em outras gerações, o que significará ter um filho ou uma filha que em 2030 vai nos olhar e nos perguntar o que estávamos fazendo? Porque sabíamos o suficiente para agir, mas talvez não estivéssemos

suficientemente convencidos. Esta complexidade não pode ser uma desculpa para que este seja um tema de especialistas.

Também olho para a imprensa, porque os meios de comunicação são uma parte muito importante. Devemos empoderar os cidadãos para que sejam parte desta conversa. Sugiro que utilizem duas lentes para trabalhar. Tenho a convicção de que as duas variáveis fundamentais do hoje, desta era, desta época, são duas escolhas que devemos fazer. Uma tem a ver com a iniquidade. Quanta iniquidade se pode justificar em nome do progresso, do desenvolvimento ou do crescimento econômico? O debate dos nossos dias mudou muito. A iniquidade pode se dar entre a cidade e o campo, pode se dar entre esta geração e a que vem, pode se dar entre homens e mulheres. Há muitas formas em que nossa sociedade está se rompendo por essas iniquidades, e as justificamos com o argumento de que este é o custo do desenvolvimento. Sabiam que mais de sete milhões de pessoas morrem a cada ano de forma prematura no mundo por poluição dentro e fora de edifícios? Francamente, como sabemos, não é um custo inevitável; é uma escolha. Esse é o custo do desenvolvimento: sete milhões de pessoas. Então, a iniquidade tem de ser parte da narrativa essencial da Comissão Especial de Futuros, porque em função disso vão ser tomadas as decisões e vai ser julgado o mundo. A segunda variável é a sustentabilidade, mas não unicamente em termos do ambiente. Utilizo esta palavra porque a viemos incorporando desde os anos sessenta e setenta, quando falamos dos pilares sociais, econômicos e ambientais na Cúpula da Terra. Se não pudermos tratar estes temas conjuntamente em uma mesma equação, não teremos sucesso. Então, o desenvolvimento sustentável é um paradigma e tem a ver com a conexão entre a economia, o social e o ambiente. Termino minha exposição sugerindo à comissão a possibilidade de que analise as metas para o desenvolvimento sustentável, não como uma fórmula que dê respostas, mas como um formato que nos obrigue a ver como relacionamos as coisas. A gênese do desenvolvimento sustentável não foi um cataclismo. A visão das metas do milênio representa a tentativa do mundo de ver quais são os grandes riscos para nossa sobrevivência coletiva, especialmente os que exigem que trabalhemos juntos como nações e humanidade. Se olharmos estas metas, poderemos reconhecer que concordamos nas dezessete formas que descrevem quais são os maiores riscos para o nosso futuro. Então, para encontrar as soluções, devemos abordá-las de forma conjunta, como uma família global de nações.

Portanto, como Comissão Especial de Futuros, sugiro que analisem a iniquidade e a sustentabilidade, que são as duas variáveis cujo estudo não pode faltar. Talvez um país como o Uruguai, que tem relações com o resto das nações do mundo, possa encontrar a forma de expressar suas escolhas quanto às metas do milênio. Por meio dessa janela e com o coração, talvez a sociedade uruguaia –toda junta e em um encontro com suas próprias realidades– possa começar a apreciar a complexidade destes temas. As metas do milênio não são a resposta, mas sim uma forma de olhar diário.

Espero não ter repetido demais o que os senhores já consideraram aqui; minha intenção foi a de trazer clareza à direção do trabalho que vem sendo feito na comissão,

no Parlamento e no Uruguai. Como membro da família das Nações Unidas, é um privilégio estar hoje aqui.

Muito obrigado.

(Aplausos).

SENHORA TEIJEIRA.- Não vou resumir tudo o que disse o senhor Steiner. Há muitos conceitos interessantes, mas só vou mencionar um que não havia aparecido antes, que tem a ver com um desenvolvimento sustentável que cuide das desigualdades que hoje se geram e das que estão se gerando por diferentes causas, por essa incerteza. Não só devemos ter como centro a pessoa, mas também a convicção de que vivemos em um planeta que devemos cuidar e respeitar. Aí talvez entre o relativo ao meio ambiente, que foi tocado, de alguma maneira, porque este é o mundo que habitamos e que temos de cuidar para seguir em frente. Agora, se o senhor presidente estiver de acordo, eu passaria a palavra ao legislador Juan Martín Rodríguez, que ocupa a Secretaria do Parlatino e que também levou este tema para lá.

SENHOR RODRÍGUEZ.- Muito obrigado, presidente, e muito obrigado, vice-presidenta da Comissão Especial de Futuros da Assembleia Geral, deputado Rodrigo Goñi e senadora Silvia Nane.

Quero me somar às boas-vindas a Achim Steiner e aos demais integrantes desta ampla delegação das Nações Unidas, do PNUD. Muitos têm sido frequentadores assíduos desta casa, mas nem por isso é menos importante sua visita no dia de hoje acompanhando os integrantes desta tão numerosa e importante delegação. Nossa participação na jornada de hoje se deve a uma condição, e é que desde o passado mês de fevereiro temos o orgulho e a honra de representar nosso Parlamento, o Parlamento uruguaio, na mesa diretora do Parlamento Latino-Americano e Caribenho –o Parlatino– como secretário-geral. Talvez a assunção dessa responsabilidade seja fruto da mudança das gerações na condução deste organismo regional. Em 2024 o Parlamento Latino-Americano estará completando sessenta anos de vida; embora esse tenha sido o momento em que se constituiu, em 1987 teve a assinatura de um tratado institucional entre os vinte e três países que compõem este continente da América Latina. Nesse sentido, quero dizer que, com os demais integrantes desta mesa diretora, em particular com sua presidenta, a senadora argentina Silvia Giacoppo –que quiseram as casualidades que justamente neste momento se encontre no Chile participando de uma reunião com o presidente da Comissão Desafios do Futuro, do Senado chileno–, começamos a conversar sobre a importância que tinha encarar, dentro dos assuntos que iam ser abordados neste biênio, a hierarquização, a ponderação e, acima de todas as coisas, a colaboração entre os diferentes parlamentos, em particular com aquelas comissões do futuro ou de futuros ou sobre desafios do futuro que já se encontram constituídas. A Comissão Desafios do Futuro, do Senado chileno, foi pioneira em nosso continente, apesar de o Brasil já em 2011 ter começado a realizar ações nesse sentido. A realidade é que a primeira comissão do futuro –ou com o nome com que

foi identificada em nosso continente— foi a chilena, que foi criada lá por abril de 2012. Aproveitaram-se circunstâncias vinculadas ao Congresso do Futuro, em função do bicentenário que estava celebrando a irmã República do Chile, e assim foi que recorremos a ter, há cerca de dois meses —perto do final do mês de abril—, uma reunião virtual com seu presidente, o senador Francisco Chahuán, para trocar impressões. Evidentemente, nós tivemos oportunidade —não como integrantes, mas sim como convidados em mais de uma ocasião, graças à gentileza das autoridades desta comissão e de seus integrantes— de participar de várias instâncias e conversamos sobre uma exposição da qual havíamos participado dias antes com autoridades e representantes do Ministério da Educação e Cultura da Finlândia, que haviam vindo aqui, ao Uruguai. Nesse sentido, entendíamos necessário estimular —não só em nível dos países que já têm comissões formadas, mas também daqueles que ainda não o fizeram— a formar um espaço de promoção de acordos nacionais, de modelos de desenvolvimento orientados ao crescimento, à redistribuição da riqueza e a outros grandes objetivos em que o uso intensivo da ciência e da tecnologia são centrais. Por isso a geração de confiança entre os integrantes dos partidos políticos passa a ser central. Quanto ao primeiro tema central, que foi «O trabalho do futuro e o futuro do trabalho», tanto o Chile quanto o Uruguai encararam diversos temas ao longo desta década. Todos são muito importantes e alguns deles também fazem parte dos temas que colateralmente estão sendo abordados aqui, como inteligência artificial, neurodireitos, políticas na área aeroespacial, pesquisa astronômica, estudo de fundos marinhos, hidrogênio verde, mineração verde, saúde preventiva, assim como outros temas de semelhante importância. O tema da cibersegurança, da cibercriminalidade, também fez parte dos assuntos que no Chile foram abordados na Comissão Desafios do Futuro. Uma recomendação que nos fazia o senador Chahuán tinha a ver, justamente, com a atitude da comissão de ter utilizado recursos científicos e tecnológicos de ponta, incluindo modelos matemáticos para projetar eficaz e eficientemente sua ação em nível nacional e gerar os devidos consensos. Nesse sentido, a realização de atividades promocionais, informativas, com um forte vínculo com os meios de comunicação e a assinatura de acordos de cooperação com entidades científicas, meios de comunicação, assim como com organizações vinculadas à academia e semelhantes, foram centrais para esse desenvolvimento. Estando às portas da quinta e sexta revolução industrial —relacionadas com o metaverso e a habitação de espaços distintos do planeta Terra—, a cooperação e a formação desses espaços se tornam fundamentais.

Perto do final de abril tivemos esta instância e aqui estamos celebrando esta visita tão importante para a nossa comissão, assim como a visita que a presidenta do Parlatino está fazendo à Comissão Desafios do Futuro, do Senado chileno. Além disso, na semana que vem a presidenta, senadora Giacoppo, estará por aqui e fará parte de sua agenda —em paralelo com a que já vem desenvolvendo— uma reunião com as autoridades da Comissão Especial de Futuros, porque justamente o propósito do Parlatino é que, perto do final da semana que vem, na reunião bimestral da mesa diretora, se forme um fórum parlamentar de todo o continente para abordar os desafios do futuro. Nisso,

o papel daqueles parlamentos em que já foram constituídas as respectivas comissões passa a ser central. É claro que o Chile e o Brasil serão muito importantes, mas o papel que o Uruguai está começando a desempenhar nesta nova onda de formação de comissões também passa a ser muito importante. De fato, nestes meses foi formada no Paraguai e a Argentina está debatendo sua formação, e nisso o Uruguai teve muito a ver.

Estamos convencidos de que a realidade, como dizia também Achim Steiner, impõe que geremos modelos de cooperação. Talvez deixemos para trás séculos de luta, de competição, e passemos justamente a esses modelos de cooperação. Além disso, a cooperação não é somente entre os atores políticos, mas tem de se dar entre atores políticos, científicos, acadêmicos, setores produtivos e as organizações sociais. Por isso estamos convencidos de que é preciso ousar pensar no futuro. Temos de ousar pensar no futuro. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE.- Ao encerrar este encontro, quero agradecer muitíssimo novamente a presença dos senhores e o apoio do PNUD a esta tarefa que, como muito bem dizia o legislador Rodríguez, será latino-americana, continental. Dá-me uma enorme alegria e satisfação escutar aqui a linguagem que, de alguma forma, a gente começa a utilizar para falar do futuro, mas não de um futuro mágico, de predição, e sim de um futuro do qual vemos que vão se antecipando, dentro da complexidade e da incerteza, algumas tendências, alguns emergentes que permitem ver se é possível incidir neste presente e construir mais opções, porque é disso que se trata.

Não devemos esquecer o norte, como afirmaram os colegas. A ciência e a tecnologia nos seduzem e, naturalmente, sempre tendemos a ver como podemos nos adaptar mais rapidamente a essas mudanças tecnológicas e científicas, mas nunca podemos esquecer de preservar o humano. Esse é o grande desafio: como preservar o humano, que tem a ver com a sustentabilidade pensando nas novas gerações, com a justiça social, com a igualdade e, sobretudo, com a inclusão, porque, se não se geram mais opções, naturalmente os excluídos de todo tipo vão ser cada vez mais. Então temos um desafio apaixonante.

Creio que hoje as metodologias realmente nos permitem incidir no presente para ter mais opções no futuro, com um trabalho rigoroso e com a colaboração de todos. Confiamos em que este trabalho vai poder gerar mais opções para os que hoje estão aparecendo como excluídos e que terá seus frutos para termos um mundo mais sustentável e humano.

Muito obrigado a todos por estarem aqui.

(Aplausos).

—Levanta-se a sessão. (São 19h31).

Montevideu, Uruguai. Poder Legislativo.